

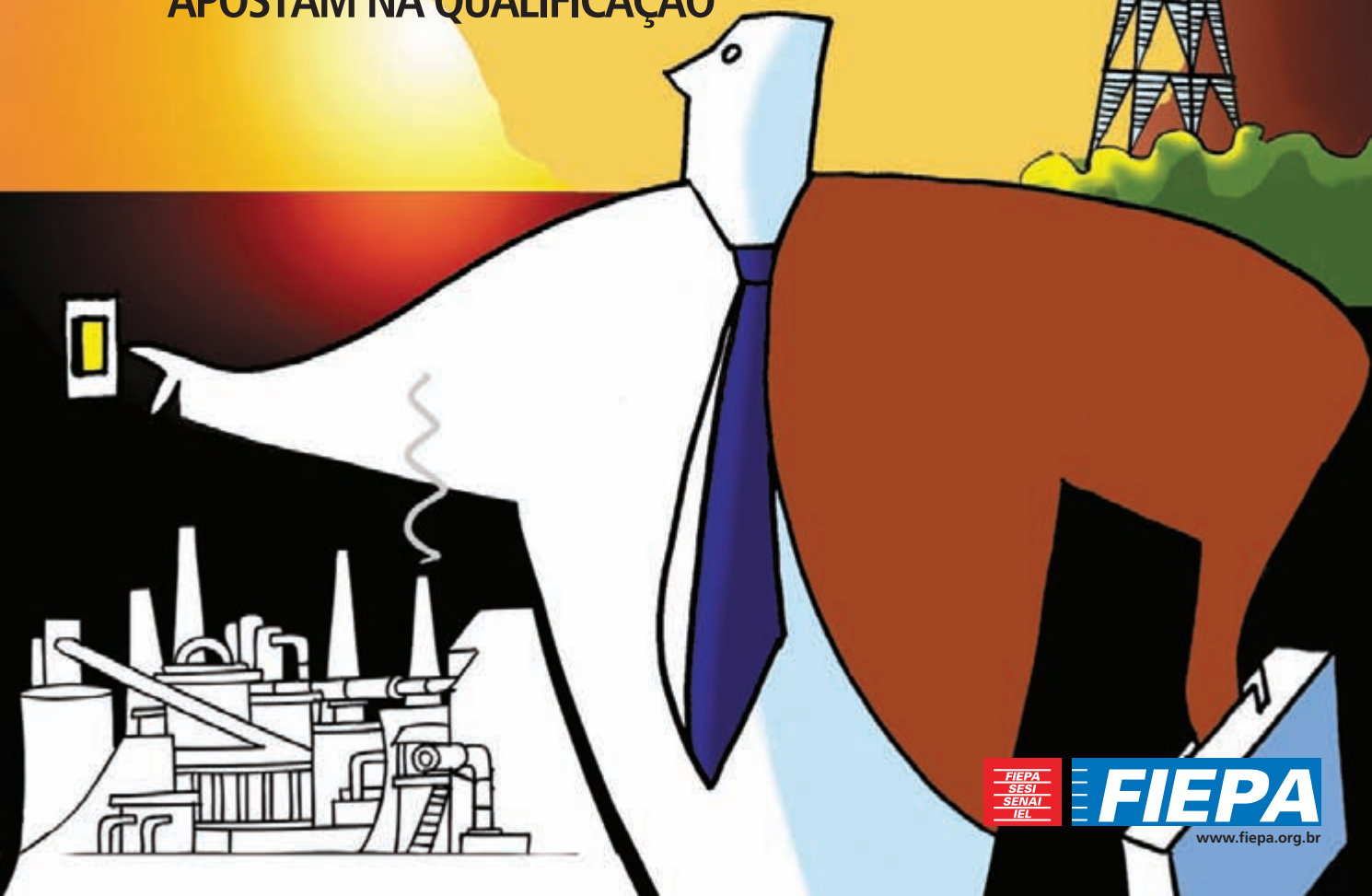
PARÁ Industrial

REVISTA BIMESTRAL DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA)

ANO 1 • Nº 1 • JANEIRO/FEVEREIRO 2008

O PARÁ PRECISA DE ENERGIA PARA CRESCER MAIS

- ROGER AGNELLI FALA DAS ALTERNATIVAS DA VALE
- PEQUENAS EMPRESAS APOSTAM NA QUALIFICAÇÃO



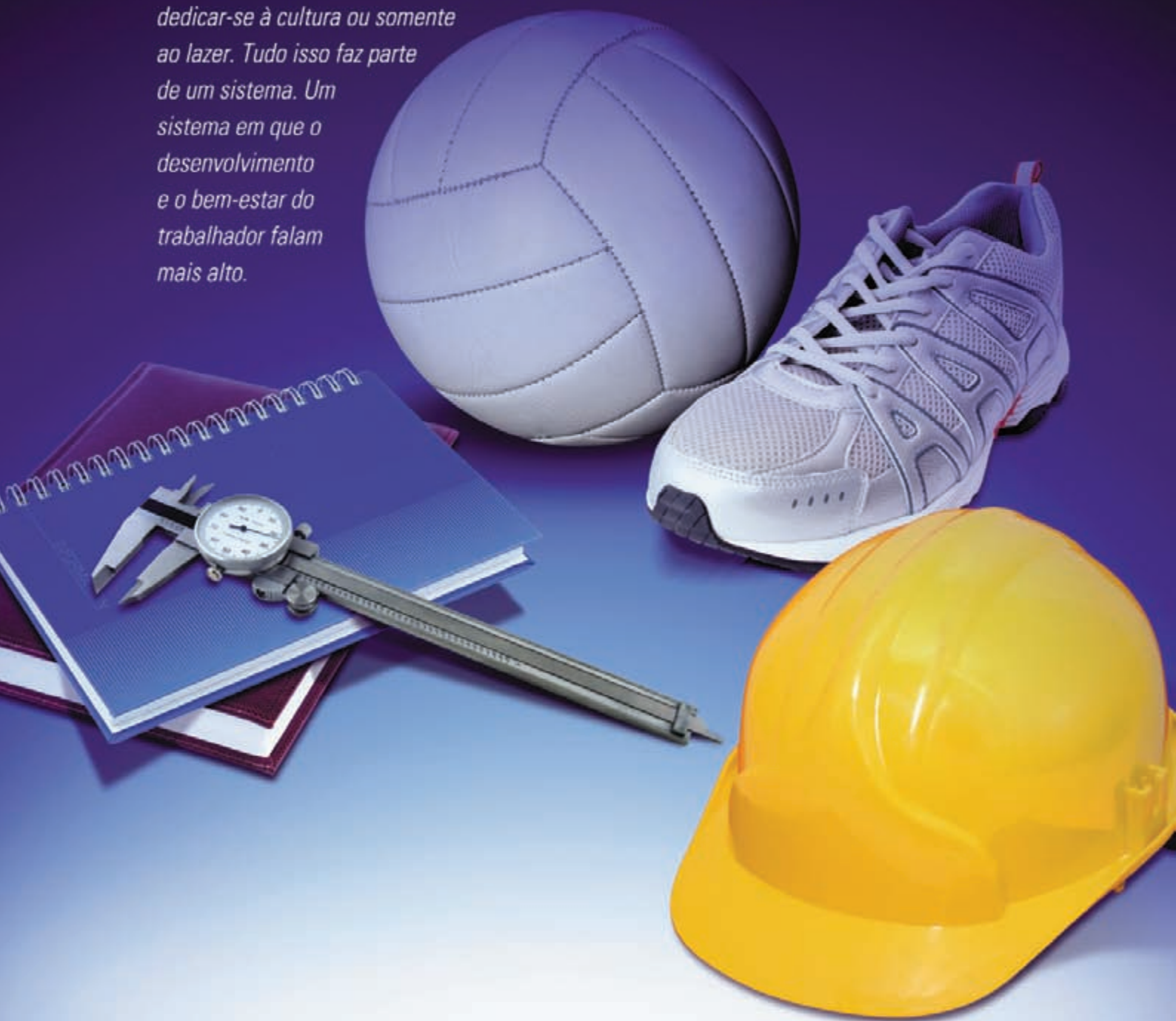
FIEPA
SESI
SENAI
IEL

FIEPA

www.fiepa.org.br

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, FICAMOS COM AS DUAS.

O Sesi e o Senai são braços do Sistema Fiepa. Na verdade são braços, pernas e cabeças. O Sesi se destina a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores na indústria, com saúde, esporte, lazer e cultura. O Senai é, há décadas, uma das melhores escolas profissionalizantes do Pará, onde os jovens se preparam para o trabalho e a vida. Para nós, não existe dilema entre estudar ou trabalhar, trabalhar ou praticar esportes, dedicar-se à cultura ou somente ao lazer. Tudo isso faz parte de um sistema. Um sistema em que o desenvolvimento e o bem-estar do trabalhador falam mais alto.



José Conrado Santos

Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



INCENTIVO PARA O DESENVOLVIMENTO

Empresariado já instalado sofre com tributação e falta de incentivos espanta novos investidores. Como garantir o crescimento do Pará?

Mais um ano se inicia sem a perspectiva de uma política definida em relação aos incentivos fiscais e uma eficiente reforma tributária. Sem dúvida, estas duas questões deverão ser temas de mais debates no decorrer dos próximos meses, com impactos diretos no setor produtivo e na classe trabalhadora. Há mais de dez anos a carga tributária brasileira tem crescido incessantemente e já chega a mais de 37% do PIB nacional. O número de taxas já chega a quase 80 tributos. É um custo alto para um setor responsável pela geração de emprego, principal agente do desejado equilíbrio social. O setor público alega que reduzir a carga tributária implicará em corte de verbas para serviços como saúde e educação.

Porém, essa é uma afirmação falaciosa. Acreditamos que reduzir a carga garantirá maior participação e, conseqüentemente, arrecadação. Esses valores devem ser aplicados de forma eficiente e responsável.

Foi uma vitória da sociedade extinguir a cobrança da CPMF. Um imposto que tinha uma finalidade, mas acabava sendo desvirtuado. Discute-se a criação de outras cobranças ou aumento de alíquotas. O correto, no entanto, seria fazer da necessidade de se controlar os gastos com a falta de verbas da CPMF um aprendizado. Assim, a máquina pública controlaria melhor e teria maior eficiência nas aplicações dos recursos. Ter novos impostos para compensar a perda de outro seria uma atitude impensada e desesperada. Desespero, aliás, sem necessidade.

Afinal, otimizar a cobrança e os impostos gerará mais recursos. A Indústria e a sociedade clamam por uma reforma tributária baseada em três pilares: simplificação, transparência e qualidade. Na questão de tributos, o Pará pode agir em seu próprio benefício. Aqui, a indústria é reconhecidamente exportadora e contribui significativamente para o saldo da Balança Comercial Brasileira. Temos mais de 400 empresas que exportam e geraram mais de US\$ 6,7 bilhões em exportações em 2006, devendo chegar próximo a US\$ 8 bilhões em 2007 (no fechamento desta edição, o número final ainda não havia sido divulgado).

“A Indústria e a sociedade clamam por uma reforma tributária baseada em três pilares: simplificação, transparência e qualidade”.

A sugestão da própria CNI é desonerar a cadeia produtiva das exportações e criar um fundo para restituição às empresas. Não se trata de barganha ou benefício. É política de desenvolvimento, simples e direto. Os incentivos fiscais e a tributação estão diretamente ligados a outro fator: a geração de novas vagas de emprego. Qualificar o trabalhador, uma das naturezas do Sistema FIEPA, é tão fundamental quanto atrair novos investimentos, para que essa mão-de-obra seja internalizada pelas novas vagas.

Para isso, só há um caminho: atrair empreendimentos e fortalecer os que aqui já estão estabelecidos. Isso já é praticado em outros Estados, que já verificam um acelerado crescimento do PIB e do parque industrial. É hora de agir de maneira mais empreendedora, facilitar a produção e garantir o caminho para que o empresariado faça sua parte: que é promover o desenvolvimento sustentável e geração de empregos no Pará. ■



www.fiepa.org.br

Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA
Quadrênio 2006/ 2010

PRESIDENTE: José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa 1º VICE-PRESIDENTE
Gualter Parente Leitão 2º VICE-PRESIDENTE
Manoel Pereira dos Santos Jr.
Luiz Carlos da Costa Monteiro
Antônio Georges Farah
Ronaldo Maiorana
Roberto Kataoka Oyama
Juarez de Paula Simões
Fernando Antônio Ferreira
Nilson Monteiro de Azevedo
Luiz Otávio Rei Monteiro

DIRETORES

José Duarte de Almeida Santos Diretor Secretário da FIEPA
Antônio Djalma Vasconcelos 2º DIRETOR SECRETÁRIO
Ivanildo Pereira de Pontes 1º DIRETOR TESOUREIRO
Roberto Rodrigues Lima 2º DIRETOR TESOUREIRO
Carlos Jorge da Silva Lima
José Maria da Costa Mendonça
Marcos Marcelino de Oliveira
Fábio Ribeiro Vasconcelos
Jefferson Rodrigues Brasil
Antônio Pereira da Silva
Pedro Flávio Costa Azevedo
Paulo Afonso Costa
Jadir Seramucin
Antônio Emil Macedo
Eugênio Carlos Lopes Victoroso
Hélio de Moura Melo Filho
Ana Clara Rodrigues Boralli
Sônia Kerber

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Luizinho Bartolomeu de Macedo
Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Roberval Souza
João Batista Corrêa Filho
Denise de Lima Farah

CHEFIA DE GABINETE

Fábio Contente

PARÁ Industrial

Revista bimestral do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

PRODUÇÃO



Av. Conselheiro Furtado, n 2865
Edifício Síntese 21 - Salas 1201, 1203 e 1205
Bairro São Brás | Cep: 66040-100
www.temple.com.br | temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro
Editor: Raimundo José Pinto
Editores assistentes: Solange Campos e Adriana Monteiro
Projeto gráfico e diagramação: Calazans Souza
Tratamento de imagem: Antônio Machado
Reportagens: Raimundo Pinto, Aetheia Vieira, Daniel Nardin, Alessandra Barreto, Sônia Ferro, Milenna Pessoa, Lidiane Souza e Fabrício Gesta
Fotos: Marcelo Lélis, Carlos Silva e Amintas Brandão Jr.
Ilustrações: J. Bosco
Revisão: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE:

Temple Comunicação
Walkiria Medeiros – walkiria@temple.com.br
(91) 3205 6516 / 3205 6500

Impressão: Gráfica Sagrada Família
Tiragem: 5.000 exemplares

FIEPA: Travessa Quintino Bocaiúva, no 1588. Cep: 66035-190.
(91) 4009 4900/ (91) 3224 1995 | asc@fiepa.org.br

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.



A questão do royalty é muito complexa. E muita gente resolve falar daquilo que não analisou, não entende com muita profundidade”.

ENTREVISTA:

Roger Agneli, presidente da Vale, pág 8.

- 3 • **EDITORIAL** | José Conrado Santos, Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará).
- 12 • **SENAI** | Força de vontade dos alunos supera as dificuldades em busca de qualificação.
- 16 • **IEL** | Cada vez mais empresas buscam certificação junto ao Procem – Programa de Certificação de Empresas.
- 20 • **TECNOLOGIA** | Parques de Ciência e Tecnologia integram o Sistema Paraense de Inovação.
- 28 • **SESI** | Estímulo à prática do esporte, que forma cidadãos e descobre talentos em todo o Brasil.



O PARÁ BUSCA ENERGIA PARA GARANTIR SEU CRESCIMENTO

Se o Estado não tiver energia alternativa a que existe hoje, não vai conseguir verticalizar sua produção. Pág 22.

- 32 • **PDF** | Empresas apostam no empreendedorismo e investem em tecnologia e qualificação profissional para se destacar no mercado.
- 36 • **MEIO AMBIENTE** | Secretaria de Meio Ambiente e o Imazon criam ferramenta para monitorar, em tempo real, o corte ilegal de madeira.
- 38 • **INDÚSTRIA SOCIAL** | Há seis anos a Fundação Aquarela garante direitos básicos às crianças da periferia de Belém
- 40 • **EXPORTAÇÃO** | Os números mostram que os ventos são favoráveis para quem pretende se lançar em busca de novos mundos nos negócios.

Leia mais...



RADAR DA INDÚSTRIA | 6
O Pará dá os primeiros passos na formação de luthiers, profissional que confecciona instrumentos musicais em madeira.

VIDA CORPORATIVA | 19
Assédio moral: o que fazer?

INDÚSTRIA EM FOCO | 43
Alunorte sob olhar do fotógrafo Paulo Santos

COLABORADORES

- WILTON BRITO** | Economista e assessor econômico da FIEPA
- GERSON PERES** | Diretor Regional do SENAI e professor
- FLEXA RIBEIRO** | Senador da República, ex-presidente da FIEPA
- LUIZ C. MONTEIRO** | Luiz Carlos da Costa Monteiro, coordenador do CIN

NOSSA ESPECIALIDADE É CONSTRUIR PONTES.

O IEL é a parte do Sistema Fiepa dedicada a unir as pontas da produção industrial e da produção intelectual. Os avanços tecnológicos testados na academia são transpostos para a linha de produção, fazendo com que a indústria avance e a ciência tenha aplicação prática. Isso é feito por meio de intercâmbio com a universidade e de cursos e treinamentos específicos ministrados aos empresários e trabalhadores do setor. Quando conhecimento e desenvolvimento andam juntos, o lucro é de todos.





Madeira na lei

O Pará dá os primeiros passos na formação de luthiers, profissional que confecciona instrumentos musicais em madeira. O projeto Timbres da Amazônia, que funciona na Escola Salesiana do Trabalho há seis meses, está formando 15 jovens nessa tradicional arte. Além de ser um incentivo à cultura local, o projeto desperta a responsabilidade ambiental, já que são usadas apenas madeiras certificadas.

PARCERIA

Uma parceria entre o SENAI e a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) vai garantir a qualificação de 2.150 pessoas até dezembro de 2008. O SENAI vai ministrar vários cursos profissionalizantes de qualificação de mão-de-obra. Os recursos investidos no programa são do Fundo de Investimento e Combate à Pobreza (FICOP), do Governo do Pará. Os alunos que se destacarem poderão ser contratados pelas empresas instaladas no Estado.

DESTAQUE

A Alcoa Mina de Juruti começa 2008 com a significativa marca de mais de **10 milhões de horas** trabalhadas sem incidentes com afastamento. O feito ganha destaque levando em consideração o tamanho do empreendimento, aliado a desafios característicos da região amazônica, pela mão-de-obra recém-qualificada pela Companhia, dificuldades de logística e intensas chuvas. Atualmente cerca de **60% das obras** foram concluídas e o efetivo passa de cinco mil homens trabalhando.

EXCELÊNCIA 2007

A indústria paraense foi premiada no Loss Cases de Excelência 2007, evento realizado em São Paulo. A produtora de silício metálico Globe Metais, localizada em Breu Branco, ficou em terceiro lugar entre os 16 casos apresentados por 11 empresas nacionais, com o trabalho de redução de efluentes no sistema de tratamento de água. O evento reúne empresas que utilizam a metodologia da Gestão Produtiva Total, ou TPM, como é mais conhecida. Empresas como a Vitarella, Bosch e Eletronorte participaram do evento.



CONFRATERNIZAÇÃO

A FIEPA homenageou os jornalistas paraenses com a tradicional festa de confraternização de fim de ano. Regado a muita animação, o evento começou com a apresentação do show humorístico “Plantão de Notícias”, do jornalista **Maurício Menezes** (foto), que divertiu os convidados mostrando situações vividas pelos profissionais nas áreas de impresso, TV e rádio. A Diretoria da Federação também reuniu empresários e executivos para celebrar a chegada do Ano Novo em tom de otimismo.

ESTÁGIO

O Instituto Euvaldo Lodi, um os órgãos do Sistema Indústria, segue como importante elo de ligação entre as universidades e as empresas. Somente de janeiro a fevereiro de 2007, o Instituto intermediou mais de 450 apenas em Belém, sem contar com os municípios de Ananindeua, Castanhal, Barcarena e Santarém. Para 2008, os números devem crescer por conta da Nova Lei de Estágio, que fixa a jornada diária do estágio de nível superior em seis horas e a do de nível médio em quatro horas.



FESTIVAL DE INVERNO

O SESI de Castanhal promoveu em janeiro o primeiro “Festival de Inverno”. Foi uma espécie de colônia de férias, onde alunos da instituição e filhos de funcionários da indústria participaram de diversas atividades recreativas, esportivas e culturais que incluíam exibição de vídeos educativos, oficinas de pintura em argila, natação, futebol de campo, salão e basquete, com direito a banho de piscina. Cerca de 120 crianças participaram das atividades.

TECNOLOGIA SESI DE CULTURA

O Sistema Indústria lançou o Programa Educação para a Nova Indústria, que vai investir R\$ 10,45 bilhões na educação básica e profissional até 2010. O recurso será investido na ampliação e modernização de escolas e laboratórios e treinamento de professores do SESI e SENAI. No Pará, a escola Oswaldo de Freitas, onde o SESI mantém projeto-piloto, em Castanhal, foi considerada a segunda melhor escola do Estado, segundo pesquisa do Ministério da Educação.



NOVO CURSO

O Centro de Educação Tecnológica Danilo Remor, uma das unidades do SENAI em Belém, vai abrir no mês de janeiro a primeira turma do curso de Introdução à Rede de Computadores para Profissionais da Informação. O objetivo é atender uma demanda de estudantes e profissionais que atuam em ambientes de trabalho onde a informação é organizada em Rede como bibliotecas e agências de comunicação e jornalismo.

RECORDE

*As exportações do Pará atingem um novo recorde em 2007. Segundo o Centro Internacional de Negócios da Fiepa, o Estado deve chegar próximo dos **US\$8 bilhões** (o número definitivo ainda não havia saído no fechamento desta edição), mais de US\$ 1 bilhão acima de 2006, quando as exportações alcançaram **US\$ 6,7 bilhões**. O crescimento é explicado pelas commodities minerais, que nos últimos dois anos tiveram uma grande valorização no mercado internacional.*

Em novembro do ano passado, a Companhia Vale do Rio Doce anunciou que abandonava a sigla CVRD para adotar a marca Vale, uma empresa global que um mês antes havia alcançado o valor de mercado de US\$ 180 bilhões, algo em torno de R\$ 320 bilhões, ultrapassando gigantes como a Coca-Cola. Em sua última edição de 2007, a revista "Exame" citou o presidente de uma das maiores empresas indianas de tecnologia da informação para destacar a importância que o presidente da Vale, Roger Agnelli, tem hoje no mercado mundial: "Quando Agnelli fala, o mundo treme", disse o executivo indiano.

E esta empresa global tem grande parte de suas atividades baseada no Estado do Pará. Dos US\$ 11 bilhões que a Vale vai investir em 2008 em todo o mundo, o Pará receberá US\$ 4,2 bilhões, o que representa 38% do total. E dos US\$ 59 bilhões que a empresa planeja investir até 2012, o Pará ficará com 34%, cerca de US\$ 20 bilhões. Nesta primeira edição, a revista "Pará Industrial" abre espaço para uma entrevista com Roger Agnelli, feita no intervalo de uma das muitas viagens que hoje o dirigente da Vale faz por várias partes do mundo. Nela, Agnelli fala da necessidade urgente de energia que a empresa tem para garantir seus investimentos em território paraense, responde às críticas à construção de uma térmica a carvão mineral em Barcarena, analisa a possibilidade de implantação de uma siderúrgica no Pará, fala sobre as propostas de aumento dos percentuais dos royalties pagos pelas mineradoras e detalha a proposta que apresentou à governadora Ana Júlia Carepa para o combate ao desmatamento no estado.

UMA EMPRESA GLOBAL COM FORTE BASE NO PARÁ

PARÁ INDUSTRIAL - O sr. disse que a Vale está negociando com o capital estrangeiro o investimento numa quinta siderúrgica a ser instalada no Brasil. Existe possibilidade dela vir a ser instalada no Pará?

Roger Agnelli - Eu não sei para onde ela vai. O investimento vai para o local que tiver a melhor infra-estrutura, para o local onde for viável construir, para onde o capital decidir que ele vá. Quer dizer, se o investidor quiser fazer na Índia, pode fazer na Índia. Se o investidor quiser na China, ele vai fazer na China. O que a gente tem que fazer é convencer esse investidor a investir no Brasil, o que hoje em dia eu diria, é mais fácil. O risco Brasil está menor, o país está crescendo, tem perspectivas muito boas.

Então, a probabilidade do capital vir para cá é grande

e a gente tem que pegar. O local a gente tem que definir, fazer o estudo, ver aquele que custa menos. Porque a pior coisa que tem é você investir o dinheiro de forma ineficiente. O dinheiro foi feito para gerar frutos, para gerar desenvolvimento, para gerar crescimento, para poder ser remunerado e gerar mais investimentos. Então, a decisão de onde ir e como ir é uma decisão técnica, tem que ser técnica. Se não fizer, é desastre à vista. Isso é inegável.

PARÁ INDUSTRIAL - Em vários pronunciamentos, o sr. tem falado sobre a necessidade de investimentos em energia para garantir os novos projetos que a Vale tem programado para o Pará. Como está essa questão? Quais são as alternativas que a Vale tem nessa área?

Roger Agnelli - O que a Vale tem feito é investir primeiro



VALE



para reduzir o consumo de energia. Eu acho que isso é importante. Segundo, a Vale tem desenvolvido tecnologias para reduzir o impacto ambiental. A Vale está investindo em energia porque está precisando de mais energia no futuro e todos os países do mundo hoje enfrentam um problema sério com a questão de energia.

As novas tecnologias que estão vindo por aí são tecnologias não muito eficientes. Por exemplo, a eólica é cara pelo seguinte: você faz um investimento brutal para você ter o gerador. Em alguns lugares do mundo venta de forma constante. O Ceará é um exemplo típico. Lá é possível fazer um parque, uma fazenda dos moinhos. Mas só que não é todo dia que venta na mesma intensidade. Quando você liga uma máquina, você tem que ter aquele regime de fornecimento de energia constante e você não altera o consumo. Então, a geração tem que ser firme. A eólica é difícil de você ter geração firme, por isso que ela é muito cara. Porque ela não gera de forma constante.

O mundo inteirinho está investindo em novas tecnologias para geração de energia. Quando a gente fala na questão do urânio, nós estamos olhando a questão da minha razão. A Vale jamais vai investir numa usina nuclear. Não é o business da Vale, não é o negócio que a gente precisa, é uma energia também cara, só que pelo preço e pelo custo hoje da energia no mundo, uma vez que todo potencial hídrico já foi explorado, o gás já está sendo alocado, o carvão está ficando mais escasso, o preço da energia está muito alto. Então, começa a ser viável se pensar

O INVESTIMENTO VAI PARA O LOCAL QUE TIVER A MELHOR INFRA-ESTRUTURA, PARA O LOCAL ONDE FOR VIÁVEL CONSTRUIR, PARA ONDE O CAPITAL DECIDIR QUE ELE VÁ"

(sobre a possibilidade da nova siderúrgica ser instalada no Pará).

ou se imaginar em usinas nucleares. Mas para construir usina nuclear você tem que ter a certeza que tem urânio, o minério. Então, nós queremos investir no minério, não tem nada a ver com nuclear. A Vale não quer nem passar perto de energia nuclear. O que a gente quer, se tiver mercado, é produzir urânio para poder viabilizar.

A questão do lixo atômico, eu acho que a gente não pode de forma nenhuma menosprezar a capacidade humana. Eu fui do Conselho da Energy, nos Estados Unidos, e lá eles têm algumas usinas nucleares que eles ope- ▶

ram e topam. O nível de tecnologia, o nível da resistência dos materiais hoje é tamanha que você pode construir uma usina nuclear que não dê nunca um problema. Ou o nível de segurança com que são projetadas essas usinas é um nível de segurança tamanha que a probabilidade de ter algum acidente é ínfima. A questão do lixo o mundo inteiro está trabalhando.

A hidroelétrica é um problema, com os grandes lagos. Para você reduzir lago de hidroelétrica, você tem que ter térmica do lado, se você não tiver térmica, você não reduz o lago. Ou você faz a térmica ou aumenta o lago. Não tem muito jeito. Você quer ter um paletó, tem que ter o tecido, tem que ter o botão, tem que ter a linha, a máquina, tem que ter tudo mais. Não tem outro jeito. E o ser humano do dia que nasce ao dia que morre ele consome energia.

PARÁ INDUSTRIAL - Como o sr. vê os questionamentos ambientais que têm sido feitos, principalmente pelo Ministério Público, quanto ao uso do carvão mineral para a produção de energia no Pará?

Roger Agnelli - O carvão é um elemento importante, fundamental, indispensável, porque há dois mil anos se produz aço usando carvão para o crescimento da siderurgia mundial. A demanda hoje é muito forte e é um produto escasso, tem sido um produto escasso a nível mundial. Então, para a Vale não há nenhum gargalo em termos de necessidade do nosso consumo. O carvão que a gente usa como redutor, principalmente nas pelletizadoras, nós temos o red natural que é uma participação numa mina de carvão na China e que lá se produz e vende um carvão chamado antracito, que é um carvão de altíssima qualidade, altíssimo teor de calorias e a gente tem essa mina lá que vende para o mercado chinês e a gente se abastece com o mercado mundial. No Brasil não tem. Então, o carvão pode ser sim um fator limitante dependendo de preço e dependendo de disponibilidade para o crescimento da siderurgia brasileira, não da Vale.

Agora, eu queria aproveitar sua pergunta e fazer um esclarecimento, que é um esclarecimento fundamental em todos os sentidos. Você tem vários tipos de carvão no mundo, que nem eu falei, o antracito é uma espécie muito rara, de altíssima qualidade, difícil de descobrir e a natureza não fabricou tanto. Esse é um tipo de carvão mais puro, é um carvão que é muito duro, mais limpo do que o carvão metalúrgico. O carvão metalúrgico é um carvão duro, é quase um vidro. E existe o carvão térmico, que esse é um pouco mais abundante. É um carvão que

tem cinzas, que tem algumas impurezas. Por exemplo, o Brasil tem o carvão térmico para geração de energia, mas é um carvão que a gente chama um carvão sujo, é um carvão com alto teor de enxofre, que é muito poluente. Tem outros deletérios que também é complicado e tem cinza. Então, é o carvão mais problemático de ser usado. Por isso que o Brasil nunca avançou na construção de térmicas a carvão, pelo tipo e a qualidade desse carvão. O melhor carvão térmico do mundo está na Colômbia, está na Venezuela, está na Austrália, é carvão de alto teor, carvão limpo também que não tem tanto problema em termos de meio ambiente.

Então, de alguma forma, hoje aqui no Brasil se conversa muito, se fala muito, todo mundo entende de carvão, não é? Todo mundo entende o carvão como poluente, não é? Se assim fosse, não seria tão utilizado como ele é no mundo. E o mundo ainda não tem nenhum tipo de tecnologia disponível ou de recursos naturais disponíveis



A VALE HOJE ESTÁ À FRENTE DE MUITAS GRANDES EMPRESAS NA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E NA AÇÃO, NA ATITUDE DA REDUÇÃO DE CO2"

para substituir o carvão na geração de energia. Então, nos Estados Unidos, a maior fonte de energia vem do carvão térmico. Hoje na China a maior fonte de energia elétrica é carvão térmico. Na Índia não está sendo diferente. A Europa vai passar a ter a melhor fonte de abastecimento de energia via usinas nucleares e o gás. Mas o gás está ficando cada vez mais escasso no mundo.

Aí se fala muito na questão do CO2. Todo mundo tem que estar preocupado com CO2. Todo mundo tem que procurar economizar energia, procurar ter as fontes limpas, ou desenvolver tecnologias mais limpas na questão de emissão de CO2. O mundo inteiro está preocupado, inclusive os produtores, que geram a energia proveniente do carvão. Mas a tecnologia está avançando, está cada dia melhor.

Agora, não existe atividade no mundo que não gere,



VALE

fez em função de ter grandes minas, de ter uma logística extraordinariamente eficiente, investimentos da própria empresa. Se você olhar o investimento que é feito para poder viabilizar o aproveitamento de um recurso mineral, é brutal. O menor investimento é na mina. O maior investimento é na logística, na ferrovia, no porto e na instalação industrial de concentração de beneficiamento e na instalação industrial de você produzir. Então, o investimento na mina é pequeno, mas o investimento na planta é brutal. E o investimento na logística também é um investimento muito grande.

O que se tem hoje é uma vontade grande, principalmente quando você tem períodos eleitorais, ou de governadores ou de prefeitos, de aumentar a arrecadação para o ano da eleição. É um pouco o que está acontecendo em Minas Gerais. Agora, a razão técnica, profundidade técnica e viabilidade econômica eu acho que não tem o menor sentido. Enquanto se fala no Brasil no desejo de ver impostos reduzidos, políticos locais, principalmente alguns prefeitos, querem aumentar a arrecadação para o ano político. Não dá para continuar assim. Eu acho que tem que discutir essas coisas de forma técnica, de forma muito objetiva. E que não está sendo feito dessa forma. Inclusive, existe uma legislação, uma regulamentação que nós estamos discutindo com o DNPM, que tem algumas brechas e, é claro, tem que ser clara, porque senão vêm aqueles e dizem “a Vale não está pagando, a Vale sonega”. É mentira. A Vale paga tudo aquilo que deve. Nunca deixou de pagar tudo aquilo que deve. Se existir algum tipo de dúvida, algum tipo de incerteza, a gente senta, conversa e vê se está correto ou não está correto.

Então, a questão do CFEM, que é o chamado royalty da mineração, acho que tem que levar em consideração o pacote tributário e a mineração no Brasil é bastante e fortemente tributada

PARÁ INDUSTRIAL -- No encontro com a governadora Ana Júlia, o sr. disse que a Vale poderia investir para a redução do desmatamento no Pará. De que maneira isso pode ser feito? Como seria a participação da Vale?

Roger Agnelli -- Eu estive no Pará no dia 5 de dezembro conversando com a governadora Ana Júlia e propus a ela, se ela quiser junto com a Vale, fazer um trabalho de mudança de comportamento, mudança de cultura, para a gente colocar uma meta, por exemplo, de reduzir o desmatamento no Pará. A Vale tem tecnologia para isso, o governo paraense também tem. Só que tem um problema: não se pode combater desmatamento e queimada sem o poder público. É uma questão de polícia, de autoridade pública, não tem como a Vale atuar sozinha nisso. A gente quer estar junto com o Governo do Estado do Pará atuando nessa direção. ■

de alguma forma, CO2. E você consegue ter algumas atividades que você consegue tirar CO2. Nós, por exemplo, estamos plantando árvore. Em seu período de crescimento, ela consome mais CO2 do que emite. Nós também estamos usando biodiesel nas nossas locomotivas, reduzindo a emissão de CO2. Então, essa é a equação.

Eu diria que a Vale hoje está à frente de muitas grandes empresas na consciência ambiental e na ação, na atitude da redução de CO2. Somos os maiores consumidores de B20 no Brasil e a Vale é a primeira a fazer o B20.

PARÁ INDUSTRIAL - Existem hoje vários questionamentos quanto ao pagamento de royalties pela extração mineral, com propostas de aumento dos percentuais pagos pelas empresas. E também em relação à isenção do recolhimento de ICMS às exportações, estabelecida pela Lei Kandir. O Pará tem reclamado muito das perdas que tem tido com a Lei Kandir. O que o sr. acha dessas questões?

Roger Agnelli- A questão do royalty é muito complexa. E muita gente resolve falar daquilo que não analisou, não entende com muita profundidade. Então, compara-se, por exemplo, royalty de petróleo com royalty de minério. Eu diria até o seguinte: se for para tributar, se for para colocar na Vale o royalty do petróleo, a gente até analisa, porque a base de cálculo é completamente diferente. São dois negócios completamente diferentes. O que a gente tem que olhar, na realidade, é a tributação que é feita sobre a mineração.

A tributação que hoje é praticada no Brasil é uma das maiores do mundo. Eu diria até que pode ser considerada a maior do mundo no total, porque nós temos N impostos. A Vale é muito competitiva por aquilo que ela

Educação profissio

SENAI garante cursos profissionalizantes em vários municípios do interior, onde o acesso ao ensino de qualidade é escasso. Força de vontade dos alunos supera as dificuldades em busca de qualificação.

Localidades isoladas dos grandes centros são típicas na região amazônica. Os moradores de alguns desses lugares ou municípios sofriam, muitas vezes, com o esquecimento do poder público, falta de investimentos do setor produtivo ou de opções para se qualificar e conseguir um bom espaço no mercado de trabalho. Além desses problemas, essas populações ainda passam por vários preconceitos, como a descrença nos talentos e na força de vontade dos jovens.

Mas esse cenário está mudando. Em cidades como Parauapebas, Ourilandia do Norte, Canaã dos Carajás, Juruti e Cametá, jovens e adultos estão procurando, cada vez mais, os cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Sistema Fiepa, não só pelos grandes projetos de mineração que serão implantados em algumas das cidades citadas, mas pelo interesse e determinação de pessoas que ultrapassam dificuldades para realizar sonhos.

Criado em 1953, o Senai do Pará, já qualificou mais de 360.000 profissionais. Atualmente, a instituição mantém 17 Centros de Educação Profissional, em 14 municípios do Estado. A meta é qualificar mais 150.000 pessoas até 2010. Para motivar essas pessoas a lutar por um futuro melhor, o SENAI, que atua há mais de meio século no Pará, tem como missão levar cursos de qualificação e de profissionalização para lugares mais distantes do Estado.

A paralisia infantil não foi obstáculo para a busca por qualificação e uma vaga no mercado de trabalho para Jairo Alves da Cruz, de 35 anos. Ele é um dos alunos da turma do Senai em Parauapebas, específica para pessoas portadoras de deficiência, em um convênio realizado com a Vale.



Todos os dias, ele deixa a cidade de Curionópolis, onde mora com a esposa e uma filha de seis anos, e vai até a unidade do SENAI para o treinamento em Manutenção Elétrica e Mecânica.

O curso foi a grande oportunidade para conseguir qualificação e tentar uma vaga na empresa. “Sem dúvida, o SENAI foi fundamental na minha vida. Estou me empenhando para realizar um bom trabalho, aprender tudo e poder trabalhar. A gente sabe que tem emprego, mas nós temos que buscar qualificação. A chance é igual para todo mundo, basta ir atrás”, ensina Jairo.

Antes de iniciar o treinamento em Parauapebas, Jairo era conselheiro tutelar em Curionópolis. “Gostava do que fazia, mas sei que existem oportunidades melhores. Tem muito emprego nessa área e estão dando chance para gente daqui mesmo ser empregada”, avalia. Segundo ele,

nal sem barreiras



JAIR GOMES/SENAI AM

• O navio-escola Samaúma percorre os rios da Amazônia, numa parceria entre o Departamento Nacional (DN), os Senai's do Pará e Amazonas e a Alcoa, para levar o ensino profissional aos municípios mais distantes

a expectativa do emprego foi o maior incentivador para a mudança repentina de profissão. “Tenho uma esposa e uma filha para criar. Com o salário melhor, vou poder dar uma vida melhor para a família. Quero que minha filha tenha toda condição de ter bom estudo e crescer também”, completa.

Jairo é apenas uma entre as mais de 1,2 mil pessoas que passaram pelos cursos do SENAI em Parauapebas entre 2004 e 2007. Incluindo os programas voltados para a comunidade, o número supera os três mil alunos. São jovens em busca de qualificação para o primeiro emprego ou pessoas já empregadas procurando atualização.

Segundo Rosivaldo Brito, diretor do CEP de Parauapebas, a procura foi tanta no município, que as vagas são preenchidas por um processo

seletivo. No dia 27 de janeiro seria realizada a prova, com questões de Biologia, Química, Física, Português, Matemática e Redação. O crivo irá selecionar os alunos para as 180 vagas em Eletromecânica, 90 em Segurança no Trabalho e outras 180 em Mineração. As aulas já começam em março.

Em Canaã dos Carajás, outro município da região sul/sudeste do Estado, há grande procura pelos cursos de qualificação na área civil, com cursos de Pedreiro, Carpinteiro, Encanador Hidráulico Predial, Pintor e Eletrecista Predial e Industrial. Mais de 600 pessoas da cidade já receberam o treinamento e outros 520 alunos participaram da qualificação.

Já em Ourilândia, também no sudeste paraense, o SENAI atua com o programa de formação profissional em operação de equipamentos móveis de mina, como pá-carregadeiras e equipamentos pesados. A turma em treinamento conta com 156 alunos. “Sabemos que existe uma grande oferta de vagas de empregos na nossa região e esse número deve aumentar nos próximos anos. O trabalhador tem que se qualificar para conquistar a vaga. Nosso trabalho é justamente qualificar essa mão-de-obra paraense para internalizar as vagas que vão surgir na indústria”, explica Rosivaldo. “Não adianta apenas dar os cursos e, sim, conhecer a realidade de cada região e as necessidades das empresas. Assim, a gente direciona a grade curricular do curso e dá mais chances aos alunos formados no SENAI, para tentar conquistar uma vaga”, completa.

Ultrapassando Limites

Vontade de aprender e ultrapassar limites. Esses são alguns dos traços marcantes da personalidade de uma mulher que vive no bairro do Maracanã, em Juruti, cidade localizada à margem direita do rio Amazonas, no extremo oeste do Pará. Neste local, distante 1.300 quilômetros da capital paraense, Maria Vera Nascimento de Melo, 39 anos, conquistou destaque. Sem medo de lutar pelos seus sonhos e ideais, ela resolveu se inscrever e participar do curso de Pedreiro ►

“Fiz o curso de Pedreiro, porque sonho em construir, em alvenaria, minha casa, que é de madeira. Sempre vejo casas com problemas, mas quando construir a minha, não terá falha alguma”

Maria Vera Nascimento de Melo, 39 anos



ofertado pelo SENAI, em parceria com a Alcoa, na cidade.

Na sala de aula, entre os 16 colegas, ela era a única mulher da turma da manhã. Mesmo vivendo longe de Belém, ela conseguiu participar do curso de qualidade de atendimento, também ofertado pelo SENAI, durante a passagem do navio-escola Samaúma. Essa embarcação percorre os rios da Amazônia e leva o ensino profissional do SENAI aos municípios mais distantes da região. Maria Vera ressalta que quer concluir o ensino superior. “Gosto de aprender. Coloquei a mão na massa mesmo, bati cimento, carreguei tijolo, já fiz até minha calçada”, conta, orgulhosa, sem se preocupar em sofrer preconceitos da comunidade masculina, já que a profissão de pedreiro ainda é uma das poucas onde se predomina o sexo masculino.

Já no município de Cametá, a 736 quilômetros de Belém, tem o Centro Integrado de Educação Profissional do Senai (CIEP) como uma das poucas opções para quem quer se profissionalizar ou concluir um Ensino Médio de qualidade.

O diretor do Centro, Benedito Gaia, conta que o Senai Cametá oferece a oportunidade de estudo e qualificação não só para alunos do município, mas também para quem vem de Tucuruí, Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará e Abaetetuba. “Muitos dos nossos alunos conseguiram passar no vestibular ou estão trabalhando em empresas como a Albras e a Alunorte”, afirma.

O CIEP Cametá tem 920 alunos estudando no Ensino Médio, em convênio com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e 84 fazendo os cursos de qualificação em Mecânica Geral, Mecânica de Automóveis e Eletricidade Geral. “O processo seletivo, tanto para o Ensino Médio como para os cursos, gera uma mobilização na cidade e o resultado sai até nas rádios locais. Parece vestibular mesmo”, completa Benedito.

A viagem de Belém para Cametá dura cerca de 10 horas de barco. Quem vem pela Alça Vi-

QUADRO DO SENAI PARÁ

2007*		
Total de matrículas	Total de concluintes	
21.918	16.787	
METAS		
	Matrículas	Concluintes
2008	34.512	31.066
2009	37.694	33.548
2010	40.000	36.000

ALUNOS CONCLUÍNTES - OUTUBRO/2007

CEP Getúlio Vargas (Belém)	2.242
Centro de Desenvolvimento da Amazônia (Cedam)	4.207
CEP Santarém	999
CEP Castanhal	654
CEP Marabá	852
CEP Bragança	83
CEP Altamira	298
CEP Cametá	0
Centro de Educação Tecnológico (CET)	303
CEP Barcarena	5.518
CEP Parauapebas	1.584

* Dados parciais. Números ainda não totalizados até o final desta edição.

ária pode encurtar o tempo, mas ainda faz duas travessias de balsa até chegar ao município. “Por ser um local isolado no Estado e as pessoas terem poucas de chances de ter um ensino de qualidade, elas esperam que o conhecimento possa incluí-las no mercado de trabalho. Esse é um dos motivos para os alunos serem tão esforçados e interessados”, acrescenta o instrutor de informática do CIEP, Jorge Monteles. Mas um morador de Cametá, em especial, vai precisar sair da cidade por uns dias. É o aluno Claudionor Moraes, que estuda no Ensino Médio do CIEP e também faz o curso de Eletricidade Geral. Ele foi um dos classificados para a fase nacional da Olimpíada do Conhecimento, competição entre alunos do Senai realizada de dois em dois anos, que ocorrerá em Curitiba. ■

Wilton Brito

Economista e assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa)



AMAZÔNIA: CHEGA DA FILOSOFIA DO MISERÁVEL

De forma bem pausada, o que revela o pouco caso que o Governo Federal devota às suas regiões reprimidas – a Amazônia e o Nordeste – vão sendo tomadas, de forma descontínua, as medidas para a restauração da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Ainda no final de 2007 foi baixado o decreto que regulamenta a lei que recria os dois órgãos resuscitados e, recentemente, foi feita a designação de Djalma Melo como superintendente da Instituição, recriada aqui. É possível que, em breve, as demais diretorias sejam preenchidas, o que irá permitir a operacionalização da nossa Agência de Desenvolvimento.

O modo como o assunto é tratado dá uma clara demonstração de que o planejamento regional e, conseqüentemente, as políticas voltadas para a minoração das disparidades regionais não são capítulo importante para as autoridades centrais.

Já foi discutido e, portanto, é consenso de todos que se interessam pela matéria, que a legislação resuscitadora não preenche os requisitos básicos para a alavancagem, lá e aqui, desses dois preponderantes espaços do mapa brasileiro, tanto do ponto de vista da superfície como da demografia que apresentam. Mesmo assim, na filosofia do miserável, que tem que se contentar com o que dispõe, é nosso dever, aqui na Fiepa, verdadeiro bastião contra esse “estado de coisas”, manifestar a nossa preocupação e conclamar todos os segmentos vivos da nossa sociedade para tentar maximizar certos pontos claudicantes das marcas institucionais estabelecidas nessa nova lei, em favor de nós mesmos, já considerados brasileiros de segunda classe nesse tratamento.

De modo sucinto, iremos focalizar pontos fundamentais da norma em rigor, cujas modificações não exigem caminhos difíceis de serem percorridos e, por isso, apresentam respostas imediatas aos nos-

so objetivos, como:

a) Valores do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia mais elevados, tendo em vista a grandiosidade da região e o conceito de que desenvolvimento tem que levar em conta o fator tempo. A União Européia, em passado recente, fez uma demonstração dessa afirmativa, levantando Portugal e Espanha da condição de países inferiores na comunidade européia em tempo ágil.

b) Deferir competência à Sudam, recriada a todos os encargos da antiga Sudam, ora administrados pela Diretoria de Gerenciamento dos Fundos (DGF), com sede em Brasília, que assumiu todos os processos que estavam sob os cuidados da inventariança. Não vemos necessidade dessa dualidade.

“O modo como o assunto é tratado dá uma clara demonstração de que o planejamento regional e, conseqüentemente, as políticas voltadas para a minoração das disparidades regionais não são capítulo importante para as autoridades centrais”

c) Com isso, ou até antes disso, não permitia a procrastinação dos benefícios trazidos pelas MPs 2.058 e 2.199, que, reconhecendo a culpa do governo pelo alongamento dos cronogramas dos projetos aprovados, após a concessão do “CEI – Certificado de Empreendimento Implantado”, concedendo à empresa a desoneração dos encargos financeiros e a conversão das debêntures em ações.

d) E, por fim, que o Condell, que foi nomeado como vértice de pirâmide funcional dos órgãos, defina que os recursos da colaboração financeira do FDA sejam aplicados em forma de “ações preferenciais”, como era anteriormente, eliminando a excrescência das debêntures, que são títulos financeiros cartoriais, inapropriados para as regiões subdesenvolvidas. ■

As manchetes dos jornais enchem os olhos de qualquer empresário: mais de oito bilhões de dólares em investimentos até 2010, previsão de novos projetos e um sem fim de oportunidades de negócios. Os investimentos vêm, mas, o empresariado local está pronto para fechar contratos e atender toda essa demanda? Foi pensando em uma forma de responder a

Cada vez mais empresas buscam certificação junto ao Procem – Programa de Certificação de Empresas, um selo de qualidade concedido após intensos treinamentos e auditorias realizados pelo Sistema Indústria no Pará.

essa questão de forma positiva que o Sistema Indústria criou o Programa de Certificação de Empresas (Procem). Em 2007, coube ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) dar novos rumos para o programa.

Ao assumir essa responsabilidade, o IEL ousou. A meta estabelecida pela instituição foi inscrever, nos treinamentos, cem empresas até o final de 2008. Antes mesmo de terminar 2007, mais de 70 empresas dos

quatro pólos do Pará já estavam inscritas em Belém, Carajás, Barcarena e Tapajós.

Caso todas conquistem a certificação, o aumento em relação à primeira turma do Procem será sete vezes maior, já que dez empresas finalizaram o programa em 2007. Na primeira ‘turma’, o Procem foi realizado em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

A VEZ DA QUALIFICAÇÃO

“As empresas que buscam acelerar a sua competitividade e produtividade, criando novas oportunidades de negócios, devem investir na qualificação empresarial e profissional. E isso é atendido plenamente através do Procem”, afirma o diretor regional do IEL-Pará, Gualter Leitão.

Criado com o intuito de promover melhorias e ajudar no desenvolvimento de empresas paraenses, o Procem foi retomado em 2005. Essa certificação funciona como um selo de qualidade às indústrias do Estado, garantindo confiança e credibilidade para os compradores, além de ser um diferencial para as fornecedoras. Aliás, as 11 maiores empresas do Estado já estão adotando o Programa

Para Gualter Leitão, as empresas que buscam acelerar a sua competitividade e produtividade devem investir na qualificação empresarial e profissional





como referencial de qualidade.

Para o gerente de contratação de serviços da Celpa, José Luiz Matute, o Procem é um indicativo de confiança para manter contratos. Hoje, cerca de 72% das aquisições de produtos e serviços feitas pela Celpa são através de fornecedores paraenses, gerando um volume de investimentos que até outubro deste ano já ultrapassava R\$ 460 milhões.

Como exemplo, Matute cita a Endicon Engenharia, que abocanhou mais fatias dos contratos após buscar a certificação. “A Celpa triplicou os contratos com a empresa, tornando-se uma das nossas principais fornecedoras de serviços. Certamente uma empresa que possui o certificado do Procem inspira maior confiança e é um fator positivo a mais na hora de fechar um negócio”, diz.

Para conquistar a certificação, a empresa passa por três fases. A primeira consiste na participação em palestras, seminários de

As 11 maiores empresas do Estado já estão adotando o Programa como referencial de qualidade

integração, pesquisas, tabulação e apresentação de resultados. Já na segunda fase, os fornecedores participam de capacitação nos módulos de qualidade, segurança/meio ambiente e tributos. A terceira e última fase consiste na realização de auditoria e, por fim, a certificação.

A exigência já começa durante o treinamento. Cada fase requer o mínimo de 70% de aproveitamento, além de visitas técnicas à empresa para comprovar o nível de aplicação do que é repassado durante a qualificação.

“Estamos discutindo inclusive um prazo de validade para a certificação. Isso vai elevar ainda mais o nível e exigir uma constante qualificação, pois os processos não param. Não basta fazer o curso e parar, tem que seguir com os treinamentos e aprimorar a produção mais e sempre”, afir- ▶



ma Sérgio Rosas, coordenador da comissão de acompanhamento do Procem e analista de contratos da Imerys Rio Capim Caulim.

Segundo ele, as metas para 2008 prevêem ainda maior número de participantes. “Hoje, temos uma avaliação positiva, pois estamos dentro das metas iniciais. Em janeiro, já começamos o novo módulo e podemos formar novas turmas no segundo semestre. É excelente ver que o empresariado local está atento ao quanto é importante encontrar novas formas seguras de processos e obter um certificado de qualidade”, completa Rosas.

Pela Imerys, Rosas comprova na prática o discurso de que existe uma tendência para aumentar as compras de fornecedores locais, desde que as empresas ofereçam garantias de qualidade.

De acordo com o relatório da Imerys, de janeiro a outubro de 2007 foram realizadas compras de rotina no Estado que somaram mais de R\$ 52 milhões, entre materiais e serviços. O número é quase o dobro do total de compras junto a empresas paraenses em 2006, que somaram R\$ 28,3 milhões e uma participação de 41% das fornecedoras locais. Em 2007, cujos dados ainda não foram fechados, a participação já subiu para 49%.

“O Procem exige um nível muito alto. A empresa que não se envolve, que não aplica o que é repassado e fica abaixo do índice esperado não consegue a certificação. Isso mostra seriedade do Programa e explica o porquê dele ter se tornado uma referência, mesmo com pouco tempo de atuação”, explica a coordenadora executiva do Procem, Eliana Cardoso, da equipe técnica do IEL-Pará.

Mais do que aumentar a competitividade das empresas paraenses, o Procem garante ganhos reais para quem passa pelo treinamento.

“Certamente uma empresa que possui o certificado do Procem inspira maior confiança e é um fator positivo a mais na hora de fechar um negócio”

É o que destaca a diretora administrativa Nayana Cunha, da empresa Cohel (Construções Hidráulicas e Elétricas Ltda). A fornecedora começou as atividades em 1997, com apenas dez funcionários em Castanhal. Hoje, depois de intensificar treinamentos e participações em cursos, como o Procem, a empresa possui mais de 200 funcionários nas duas sedes da empresa, em Castanhal e Altamira. “Com as duas sedes podemos atender grande parte da região nordeste e oeste do Pará”, explica Nayana. Além de órgãos públicos, um dos principais compradores dos serviços da Cohel é a Celpa.

Para Nayana, a empresa adotou outra postura do colaborador da Cohel. “Depois do módulo de gestão de qualidade e produtividade, passamos a humanizar nossa relação com os colaboradores. A partir do momento que ele se vê como um agente importante dentro da estrutura da empresa, a produtividade aumenta, pois ele é valorizado”, avalia.

Segundo ela, a empresa não fez um levantamento dos resultados, mas os efeitos das palestras junto aos funcionários e uma simples caixinha de sugestões no corredor da empresa garantiram uma nova maneira de trabalho. “Eles estão mais comprometidos. Se sentem valorizados e reduzem o tempo gasto com internet, por exemplo, que era um problema. A gente percebe mais empenho e isso é resultado do trabalho que aprendemos como adotar na nossa empresa com as atividades do Procem, que repassam bem isso”, complementa Nayana. ■

ASSÉDIO MORAL: O QUE FAZER?

As exigências do mercado devem ser encaradas com naturalidade e paciência, dizem os especialistas em inteligência emocional. Porém, quando o perfeccionismo e a rispidez do chefe ultrapassam o comportamento comum no ambiente de trabalho, causando constrangimento psicológico ou físico de forma repetitiva, pode ser considerado assédio moral. A prática pode levar o autor e até a empresa aos tribunais e as vítimas aos consultórios médicos.

Segundo o advogado e chefe do serviço jurídico da Fiepa, Fernando Vaz, o assédio moral seria uma derivação do dano moral nas leis civis, já que fere a dignidade humana. “Também caracteriza abuso de direito ou crime contra a honra, porém está mais ligado especificamente ao ambiente de trabalho”, explica. Para ele, nesses casos, a vítima só tem duas opções: pedir demissão ou entrar com uma ação na Justiça do Trabalho. Vaz afirma não ser fácil comprovar o assédio moral em juízo. “Pode-se levar testemunhas e comprovar documentalmente”, diz. Ele exemplifica. “Se o empregado tem um e-mail ou gravação onde é chamado de ‘burro’ ou ‘incompetente’, serve como prova”, finaliza.

Durante o processo, o advogado avalia o caso e propõe uma indenização, que é determinada pelo juiz, caso a vítima ganhe a causa. Ele acrescenta que a indenização não pode ter o objetivo de “empobrecer” o acusado e sim de coibir a prática. “O assédio moral causa problemas na empresa, como a queda na produtividade,



além de contaminar o ambiente de trabalho, principalmente quando a vítima pede demissão”, destaca.

De acordo com a psicóloga Lindomar Bastos, quando um paciente chega ao consultório para se tratar das consequências do assédio moral, a primeira orientação é enfrentar o problema. “A vítima tem que usar a assertividade, ou seja, dizer que não aceita aquela situação”, afirma.

Ela diz que um dos agravantes nesses casos são os problemas sociais do Brasil como o medo do desemprego, que obriga muitas pessoas a se submeterem à humilhação no trabalho com receio de passar por necessidade financeira. “Isso acontece

também por causa daquele respeito ao patrão, que está ligado à história de vida familiar do paciente. Principalmente na fase infantil, quando ele aprendeu a obedecer e a calar”, acrescenta.

O assédio moral pode provocar males à saúde, como depressão, síndrome do pânico, estados de ansiedade, estresse e desequilíbrio emocional. Lindomar diz acreditar que a base do tratamento psicoterapêutico das vítimas está na auto-estima. “A pessoa tem que se valorizar, porque o trauma pode levar à generalização: o paciente acha que em todos os locais de trabalho vai vivenciar o mesmo problema”, diz. ■

COMO EVITAR

- evitar críticas públicas ao trabalho alheio;
- evitar boatos e fofocas;
- evitar ampla divulgação de fatos vexatórios;
- orientar e instruir os funcionários com clareza e precisão acerca de suas funções e hierarquia dentro da empresa;
- organizar e estruturar a empresa;
- definir responsabilidades;
- elaborar e adotar um código de ética;
- evitar situações discriminatórias ou de exclusão;
- evitar humilhações ou brincadeiras que possam ter duplo sentido ou ser mal entendidas;
- abrir espaço para que os funcionários relatem suas queixas com sigilo e tomar providências para verificação da procedência ou não da queixa, tomando as medidas cabíveis.

FONTE: [HTTP://WWW.VIA6.COM](http://www.via6.com)

Uma estratégia para reduzir desigualdades econômicas regionais. É assim que são vistos os parques de ciência e tecnologia. O Pará terá os seus parques, numa parceria entre o Governo do Estado, as empresas e as universidades e instituições de pesquisa. Os parques integram o Sistema Paraense de Inovação (SPI), um dos projetos de destaque da administração da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, apresentado como centro de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na agregação de maior intensidade de ciência, tecnologia e inovação aos produtos e processos. O SPI terá como base os três Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) que serão construídos no Estado: o do Guamá (Belém), do Tapajós (Santarém) e o parque do Tocantins (Marabá).

A infra-estrutura do PCT do Guamá, projeto da Universidade Federal do Pará (UFPA) que foi encampado pelo governo do Estado, custará R\$ 41 milhões. O governo paraense entrou com projeto de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no qual empenha recursos do Fundo de Participação dos Estados. O BNDES deve financiar cerca de R\$ 29 milhões e o governo entrará com a contrapartida de R\$ 12 milhões de recursos próprios. Parte dessa contrapartida, R\$ 5,7 milhões, foi repassada pela governadora à UFPA em solenidade no dia 19 de novembro passado.

Os parques

Os parques construídos no Pará terão foco de acordo com as vocações econômicas da região de instalação, e também a partir das necessidades e demandas governamentais, sociais e do setor produtivo. Assim, o foco do parque do Guamá será biotecnologia, energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); o do Tocantins, tecnologia mineral e novos materiais, pesquisas agropecuárias e silvicultura; o parque do Tapajós se focará em tecnologias da madeira e produtos da floresta, pesca e aquicultura, agricultura tropical e geologia mineral.

O PCT Guamá já tem dois projetos importantes assegurados: um que vai construir um laboratório de alta tensão, no valor de R\$ 14 milhões, fruto de um convênio entre a Finep e a UFPA; e outro, no valor de R\$ 3 milhões, com o

EM BUSCA DE UM NOVO MODELO

Parques de Ciência e Tecnologia integram o Sistema Paraense de Inovação, apresentado como centro de um novo modelo de desenvolvimento



“Ao integrar os principais agentes de desenvolvimento, os sistemas regionais de inovação promovem o compartilhamento de conhecimentos, detectam demandas, dirigem o foco das pesquisas para as necessidades e vocações regionais”

Maurílio Monteiro, secretário estadual de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia (Ceamazon), em convênio com a Eletrobrás e a UFPA. Além disso, a Companhia Vale do Rio Doce já garantiu a construção, no parque, de um laboratório de pesquisa. O parque estará concluído no final deste ano e começa a operar no início de 2009. (Os parques do Tocantins, a um valor de R\$ 35 milhões, e do Tapajós, R\$ 30 milhões, também já estão em fase de implantação e devem começar a operar no início de 2010.)

A Vale e o Governo do Pará assinaram em dezembro três protocolos de intenção nas áreas de educação, tecnologia, meio ambiente e atração de investidores. Um deles foi para a instalação da unidade do Instituto Tecnológico Vale (ITV) em Marabá, voltada para inovação e pesquisa dirigidas à mineração. O centro será

localizado no PCT de Tocantins.

Segundo a assessoria da Vale, essa ação se insere no objetivo da empresa em desenvolver recursos humanos e financeiros externos à companhia, dando maior legitimidade e amplitude às ações de formação e pesquisa. As unidades do



Os parques terão foco de acordo com as vocações econômicas da região de instalação. O do Guamá, por exemplo, será em biotecnologia, energia e TI.

ITV têm como foco principal os processos de geração (pesquisa e inovação), gestão e formação de conhecimentos especializados da cadeia produtiva dos negócios do grupo Vale. O conceito de Centro de Excelência pressupõe a relação entre três funções: formação, pesquisa aplicada e processos de negócios.

“Ao integrar os principais agentes de desenvolvimento, os sistemas regionais de inovação promovem o compartilhamento de conhecimentos, detectam demandas, dirigem o foco das pesquisas para as necessidades e vocações regionais”, explica o secretário estadual de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Maurílio Monteiro. “Em última instância, o sistema paraense de inovação pretende converter, o mais rapidamente possível, o conhecimento científico em bens sociais, na forma de produtos (como novos medicamentos), processos (como de melhoria de gestão pública ou empresarial) e serviços (públicos, privados, de turismo, culturais).”

O vice-presidente da Fiepa, Sidney Rosa, ressalta que o projeto dos parques coincide com um sonho de muitas empresas, que dependem desse tipo de investimento em inovação tecnológica para crescer. Segundo ele, uma das missões da federação é articular parcerias para garantir a sobrevivência das empresas ainda atuantes até o momento e as que quiserem se instalar no Pará. ■

LABORATÓRIOS

Em dezembro passado, o PCT Guamá teve aprovado, junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), projeto de cinco laboratórios, pleiteado pelo governo do Estado, via Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (Sedect) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (Fapespa) em conjunto com a UFPA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). São os laboratórios de Engenharia Biológica, Fitossanidade e Manejo Animal, Óleos Vegetais e Derivados, Tecnologias da Informação e Comunicação em Sistemas Embarcados e Laboratório de Instrumentação para Produtos Agroindustriais. O custo total do projeto será R\$ 13,8 milhões. O governo do Estado dará uma contrapartida de R\$ 5,8 milhões e a Finep financiará o restante. O contrato com a Finep deve ser assinado em março próximo, quando se iniciará o processo de repasse de verbas e compra dos equipamentos. Como os prédios do PCT Guamá também estão em fase de construção, os cinco laboratórios devem começar a operar junto com o parque, no início de 2009.

“Os parques de ciência e tecnologia e os laboratórios vão articular as pesquisas e necessidades de governos e empresas, propiciando a transformação de pesquisa em produto e, na área dos recursos humanos, gerando uma competitividade baseada na informação e na tecnologia, e não na dotação de recursos”, afirma o presidente da Fapespa, Ubiratan Holanda. Para o professor da UFPA Aldebaro Klautau, coordenador do laboratório de TIC e Sistemas Embarcados, poderão usar os equipamentos todas as empresas que lidam com tecnologia de circuitos integrados ou eletrônica digital (como a indústria da mineração).

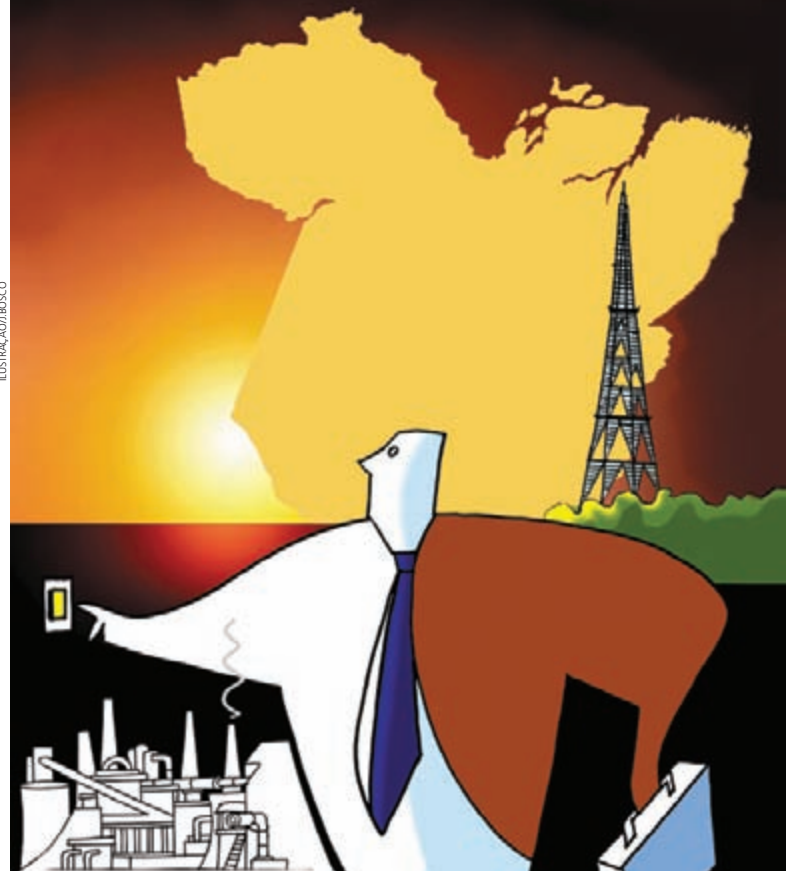
Já o laboratório de Engenharia Biológica servirá às empresas de base biotecnológica e agropecuária, e indústrias de cosméticos e farmacêuticas.



Se não tivermos energia alternativa a que temos hoje, não vamos conseguir verticalizar além do que está sendo feito”.

A declaração do presidente da Fiepa, José Conrado, resume a preocupação do setor

ILUSTRAÇÃO/BOSCO



O PARÁ BUSCA ENERGIA PARA GARANTIR SEU CRESCIMENTO



Temos um manancial de energia na Amazônia. Esse é o Tupi do setor elétrico”. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, fez esta declaração numa análise do desfecho do leilão da hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, comparando a região amazônica ao megacampo de petróleo encontrado pela Petrobras na fase de pré-sal, numa área litorânea entre o Espírito Santo e Santa Catarina. O Norte está sendo visto como a nova fronteira elétrica do país e o governo federal espera leiloar até 2010 cerca de 25,7 mil megawatts em aproveitamentos hidrelétricos disponíveis na região, que teria 70% dos cerca de 150 mil MW de energia que o país possui para ser explorada nos próximos anos. Para a EPE, o resultado do leilão do Madeira demonstrou a

viabilidade ambiental, econômica e, principalmente, tarifária dos projetos nos rios amazônicos.

Após Santo Antônio (3.150 MW), a próxima usina a ser licitada será Jirau (3.300 MW), como parte do complexo do Madeira, em maio de 2008. Em seguida deverá entrar em pauta a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará (11.182 MW). Sua licitação está prevista para ocorrer entre o final de 2009 e o início de 2010. Outros dois aproveitamentos no Pará entrarão em pauta em seguida: o de Marabá, no rio Tocantins (2.160 MW), no decorrer de 2010; e o de São Luiz (9 mil MW), no rio Tapajós, provavelmente em 2011.

Mas apesar do otimismo do governo federal, a implantação desses empreendimentos ainda promete envolver muita polêmica em torno da questão ambiental, pelas restrições postas por setores como o Ministério Público e organizações não-governamentais ambientalistas. O mesmo se aplica a uma alternativa buscada pela

Vale para obter energia a curto prazo para a expansão de seus empreendimentos minerais e para a implantação de novos projetos no Pará: a Usina Termelétrica (UTE) de Barcarena, a 40 quilômetros em linha reta de Belém, para a geração de 600 MW de energia a partir da utilização de carvão mineral, adquirido da Colômbia e de Moçambique. Além disso, outra alternativa buscada pela Vale é através da participação em um consórcio, junto com a Petrobras e a Ecopetrol, para exploração de quatro blocos na costa do Pará e do Maranhão para a produção de gás.

No início de dezembro passado, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entregou à Eletronorte o termo de referência para a realização do estudo de impacto ambiental da hidrelétrica do rio Xingu. O termo de referência faz parte do processo de licenciamento. E a Eletrobrás entregou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os estudos de inventário do potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu, refeitos nos últimos dois anos. A novidade é que de três alternativas estudadas, optou-se pelo aproveitamento único de Belo Monte. O estudo antigo apontava que as usinas a montante de Altamira apresentavam po-

ENERGIA PARA VERTICALIZAR

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), José Conrado Santos, ressalta que há uma consciência entre os empresários paraenses de que o Brasil e particularmente o Pará, têm que criar novas fontes de geração de energia. Para ele, Belo Monte tem grande significado para o Estado, uma vez que a oferta de energia hoje disponível para os atuais e futuros empreendimentos é insuficiente. “Se o Pará crescer acima dos níveis atuais, teremos necessidade de uma fonte de energia muito além da que está prevista hoje. Belo Monte é imprescindível para o setor econômico do Estado, para o Brasil e para os municípios localizados no seu entorno, que estão limitados em seu crescimento exatamente pela escassez de energia”, diz Conrado.

Ele acredita que a questão da energia pode ser o principal entrave à verticalização da produção mineral no Estado. “Se não tivermos energia alternativa a que temos hoje, não vamos conseguir verticalizar além do que está sendo feito”. Para Conrado, as restrições que estão sendo apresentadas à UTE de Barcarena fazem parte do diálogo



“O MPF só está fazendo seu papel, o de defender a lei. É nossa obrigação constitucional defender os indígenas e o meio ambiente. Os índios não foram ouvidos nesse processo, como prevê a Constituição. Os estudos ambientais estão sendo coordenados por empresas que provavelmente disputarão a construção da obra, o que é absurdo”

Felício Pontes Júnior, chefe do MPF no Pará.

tências em torno de 20 mil MW, para uma área inundada de até 18.300 quilômetros quadrados. Segundo o governo, a relação potência instalada x área inundada de Belo Monte é a melhor já verificada em toda a história da hidreletricidade no Brasil. O projeto prevê uma área inundada de pouco mais de 400 quilômetros quadrados, potência instalada de 11.181 MW e previsão de geração de energia firme de 4.796 MWh/ano.

O secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, disse que o grande desafio é avaliar se os impactos ambientais que serão provocados por Belo Monte podem ser mitigados, se precisam ser compensados e se é possível equilibrar os benefícios gerados pela obra com os impactos capazes de serem suportados. E a governadora Ana Júlia Carepa declarou depois que o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a obra de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que teria sido garantido pelo governo federal, foi uma exigência de seu governo.

e ele acredita que os entraves que estão sendo postos por alguns setores serão superados. “Mas é preciso que os nossos governantes tenham a consciência de que esse tipo de empreendimento é necessário. O que temos observado muitas vezes é que quando empreendimentos desse tipo sofrem restrições em demasia em um estado, acabam indo para outro. E esse é o receio da Fiepa”, destaca o empresário paraense.

No debate em torno da hidrelétrica de Belo Monte, tem sido marcante a participação do Ministério Público Federal, muitas vezes acusado de estar dificultando a implantação do empreendimento. “O MPF só está fazendo seu papel, o de defender a lei. É nossa obrigação constitucional defender os indígenas e o meio ambiente. Os índios não foram ouvidos nesse processo, como prevê a Constituição. Os estudos ambientais estão sendo coordenados por empresas que provavelmente disputarão a construção da obra, o que é absurdo”, afirma o procura-►



Trecho do rio Xingu onde deverá ser construída a hidrelétrica de Belo Monte, com capacidade para produção de 11.182 MW e que deverá ser licitada pelo governo federal entre o final de 2009 e início de 2010. O projeto tem provocado intensa polêmica entre vários setores, o que está refletido nesta reportagem



dor Felício Pontes Júnior, chefe do MPF no Pará.

Além disso, Pontes garante que existem vários estudos que apontam a inviabilidade de Belo Monte por uma questão de custo/benefício. Estudos realizados por pesquisadores do setor elétrico, segundo ele, apontam que a hidrelétrica não deverá gerar os 11 mil megawatts (Mw) previstos e sim apenas 1,3 mil Mw. “Então, devemos questionar a validade de investir tanto dinheiro público em um empreendimento que não terá a eficácia prevista”.

O biólogo Eduardo de Souza Martins, que foi presidente do Ibama por duas gestões, secretário de Desenvolvimento do Ministério do Meio Ambiente e diretor geral do WWF no Brasil e hoje é um consultor que acompanha o tema por longo tempo, afirma que o planejamento energético pressupõe que a modalidade de energia a ser oferecida para a sociedade é aquela que responde a equação de menor custo, garantia de suprimento e menores impactos socioambientais. “Para a situação brasileira, o potencial hídrico é a fonte que responde melhor ao conjunto dos critérios. O embasamento desta escolha não é novidade. No restante do mundo, principalmente nos países desenvolvidos, o potencial hidroelétrico foi o primeiro a ser esgotado. No Brasil não consumimos nem 30% do nosso potencial”, ressalta.

Quanto às críticas de que a barragem de Belo Monte vai causar grande impacto ao meio ambiente para produzir pouca energia, Eduardo Martins declara que um dos princípios para um processo de construção de soluções para o tema energético na Amazônia é adotar referências técnicas reais, verdadeiras e possíveis de serem demonstradas. “O questionamento sobre a inviabilidade de Belo Monte em função da vazão do Xingu carece de funda-

mento e este argumento já foi amplamente desqualificado”, diz ele.

De acordo com Martins, os dados técnicos indicam que a energia de Belo Monte é uma das de menor custo disponível para aproveitamento na atualidade. Ele acha também que o projeto não deve ser atacado nas suas virtudes. “A escolha de engenharia levou em conta principalmente o critério ambiental da menor inundação possível. Por isso não foi feita a escolha de um grande reservatório que permitiria grande geração todo o tempo”.

Felício Pontes lembra que existem fontes alternativas de produção de energia que não estão sendo levadas em consideração, como a eólica, a solar e o bagaço da cana. Mas Eduardo Martins ressalta que as chamadas energias alternativas não apresentam ainda custos competitivos. “Por exemplo, com a tecnologia atual, se fossemos substituir a geração de Belo Monte por energia solar, os custos seriam 20 vezes maiores. A eólica seria mais barata, mesmo assim custaria seis vezes mais. Estes custos não devem significar abandonar estas fontes, a busca deve ser por redução de custos. Mas hoje estas fontes podem operar como complementações e soluções de ponta, que não resolvem as demandas massivas de energia impulsionadas pelo crescimento econômico e a universalização do acesso a este serviço”, garante Martins.

A OPÇÃO A CURTO PRAZO

A UTE de Barcarena, que aguarda o licenciamento ambiental para começar a ser implantada ainda este ano, é outra grande polêmica nessa área de energia no Pará.



ARQUIVOTELEFONORTE



VALE

“Nós entendemos que é importante para a Vale, importante para o Pará e para o Brasil o equacionamento dessa necessidade energética. Infelizmente hoje, se você quiser comprar energia, não consegue, não há energia disponível no Pará. Mas a Vale entende que ela precisa e deve fazer sua parte”

Vânia Somavilla, diretora do Departamento de Energia da Vale

Felício Pontes assegura que o risco ambiental nesse tipo de empreendimento é muito grande e que por isso é “totalmente contra insistirmos nessa fonte de energia”. “Pesquisas recentes mostram que entre várias matrizes de geração de energia, a térmica a carvão mineral é a que emite maior quantidade de gás carbônico por quilowatt hora na atmosfera”, garante o procurador da República.

Para Martins, no entanto, a Vale está agindo dentro das suas possibilidades e no contexto do Pará, da mesma forma que o governo está agindo no resto do país. “O aumento da demanda e o tempo necessário para dispor de energia nova das hidroelétricas impõem uma solução temporária fundamentada em térmicas. Ninguém escolheria a energia das térmicas se dispusesse de hidroele-

tricidade, que é mais limpa e mais barata. Isto significa que nossa energia num período que pode ir de 2009 a 2012, necessitará de ser complementada com térmicas a gás, óleo e carvão. Não existe alternativa viável a não ser parar de crescer e produzir”, assegura Martins.

A diretora do Departamento de Energia da Vale, Vânia Somavilla, lembra que a energia é um insumo básico, sem o qual os projetos não podem seguir. “Nós entendemos que é importante para a Vale, importante para o Pará e para o Brasil o equacionamento dessa necessidade energética. Infelizmente hoje, se você quiser comprar energia, não consegue, não há energia disponível no Pará. Mas a Vale entende que ela precisa e deve fazer sua parte”, diz ela ao “Pará Industrial”.

Hoje, Somavilla ressalta que a alternativa que se tem para a geração de nova energia na região Norte é a Usina Hidrelétrica de Estreito, que já está em fase de implantação e na qual a Vale tem 30%. No final de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 2,6 bilhões para a construção de Estreito, no rio Tocantins, na divisa dos estados do Tocantins e do Maranhão. Além da Vale, tem a participação da Alcoa e de outras empresas. O projeto está orçado em R\$ 3,6 bilhões e vai gerar 1.087 MW.

Dos 11 maiores projetos programados pela Vale para vários países, oito estão na região Norte do Brasil, sendo seis deles em território paraense. Segundo Vânia Somavilla, a UTE de Barcarena é a única opção viável em volume, custo e prazo para garantir a operação desses empreendimentos minerais, que precisarão de maior oferta de energia a partir de 2010.

Ela diz ainda que a questão do gás também é uma opção preferencial na matriz energética da empresa, juntamente com as hidrelétricas e a questão da biomassa, “que estamos pesquisando, mas que infelizmente tem um alcance limitado, pois não é capaz de suprir toda a necessidade do país e nem da Vale”. O gás é uma opção de mais de longo prazo, assim como a participação da empresa no projeto de Belo Monte, que atrai o interesse também de outra gigante na área de mineração, a Alcoa, que em 2008 inicia a atividade de extração de bauxita em Juruti, no oeste do Pará.

“É preciso que se entenda a necessidade da térmica de Barcarena e que se inicie a sua implantação já em 2008. Os projetos podem atrasar se não tivermos a questão da energia equacionada”, afirma Vânia Somavilla. A Vale vai investir US\$ 470 milhões em energia em 2008, que serão aplicados na usina termelétrica a carvão de Barcarena, no Pará, e na hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins. Nos próximos anos o investimento médio da empresa no setor deverá ficar em torno de US\$ 350 milhões por ano. ■

Luiz Carlos Monteiro

Luiz Carlos da Costa Monteiro, Presidente da COSIPAR/USIPAR,
Vice-presidente da FIEPA Coordenador do CIN/PA



O PARÁ PRECISA DE ESTRATÉGIA PARA POTENCIALIZAR SEUS PORTOS

A localização de um empreendimento pode resultar no sucesso ou no fracasso de um negócio. Na maioria das empresas, o “ponto” de sua localização pode ser o principal elemento que as destaca da concorrência. Mais do que ocupar o lugar certo, é preciso utilizar estratégias que casem o “local” com o “global”, transformando a localização geográfica de empreendimentos em efetivas vantagens competitivas.

O Estado do Pará tem uma localização geográfica privilegiada que o permitiria tornar-se um grande centro de distribuição, importação e exportação, logística e transportes. Não há dúvida. Se o Estado fosse um empreendimento, o Pará estaria no lugar certo! Seus portos estão em vantagem relativamente aos mercados norte-americano, canadense, mexicanos e caribenhos, além de bem posicionados frente aos mercados dos países da Europa e Ásia.

No ranking do comércio exterior brasileiro, o Pará classifica-se como o oitavo maior estado exportador, gerando o terceiro maior saldo de balança comercial da nação. Tradicionalmente, as exportações sempre superaram em muito as importações. Em 2006, foram 10 vezes maiores que as importações, culminando em um saldo superavitário de mais de 6 bilhões de dólares. Contudo, a vultosa desproporcionalidade existente entre as exportações e importações demonstra que a atividade econômica de Comércio Exterior é praticamente unilateral no estado. Em estudo realizado pelo Centro Internacional de Negócios, a FIEPA demonstra que os dois principais portos do Pará - Belém e Vila do Conde - estão classificados entre os primeiros portos brasileiros tanto no embarque de contêineres cheios, como no desembarque de contêineres vazios, comprovando um imenso desbalanceamento no fluxo de entrada e saída de cargas. Em 2006, para cada contêiner cheio desembarcado no Porto de Vila do Conde, outros 19 chegaram vazios.

Adicionalmente, a pauta de importação paraense é composta preponderantemente por bens de capital e bens intermediários utilizados pela indústria extrativa e de transformação em seus processos produtivos ou no-

vos investimentos. A inexistência da importação de bens de consumo duráveis e não-duráveis indica que os produtos estrangeiros hoje vendidos no comércio paraense não entram no território nacional pelos portos do Pará.

O pequeno fluxo de importações pelos portos paraenses gera um imenso custo de oportunidade para o tesouro estadual na medida em que é baixíssima a participação da importação na receita tributária do Estado. Dos R\$ 3,3 bilhões arrecadados de ICMS em 2006, apenas R\$ 58 milhões, ou 1,79%, foram provenientes das importações. O grande desbalanceamento existente entre cargas exportadas e importadas também torna o frete de saída mais caro, desfavorecendo a competitividade das nossas indústrias exportadoras. Quando comparados aos valores cobrados em Fortaleza, os fretes com destino à Europa e aos EUA são, na média, 25% mais caros em Belém.

Pará: sua localização estratégica somada aos recursos existentes, podem ser uma força extraordinária ou de resultado desconsiderável. O fator decisivo para o desenvolvimento do estado será a definição do objetivo do que se quer para a sua economia e o que a sua gente deseja ser.

Urge uma política de desenvolvimento, através de incentivos, para o comércio exterior, e maior utilização do transporte através de nossas hidrovias para interiorização e escoamento de produtos diversos, seja do ou para o nosso estado seja para todo o centro oeste brasileiro.

O estudo realizado pelo CIN identifica que, atuando de forma sistemática nos elementos que incentivem ao incremento do comércio exterior, pode acarretar um surto de desenvolvimento jamais verificado em nossa região. O Estado poderá, concedendo alguns benefícios, incrementar sua arrecadação, hoje pouco expressiva neste item, e se beneficiar no futuro de um incremento bem superior a 10% de sua arrecadação total. ■



O Grupo Cosipar celebra o seu 21º aniversário como um dos maiores produtores e exportadores de ferro-gusa do Brasil e com a determinação de ser construtor de um futuro melhor. Com o início da operação da Usipar, em Barcarena, o Grupo passará a ser o maior produtor de gusa do Brasil e também o maior produtor de aço do Norte do País.

Sustentabilidade Ambiental

- Preservamos 400 ha da Mata Amazônica Nativa dentro de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- Somos pioneiros no reflorestamento no sudeste do Pará. Até o final de 2007, foram 10.000 ha de florestas próprias plantadas. Alcançaremos 36.000 ha até 2014.
- Implantamos um moderno Jardim Clonal para a produção de mudas com clones e um viveiro com capacidade de 7 milhões de unidades por ano.
- Reduzimos o uso do carvão vegetal em 390.000m3 de madeira por ano, utilizando o Sistema de Injeção de Finos, produção de Sínter e substituição por coque metalúrgico.
- Fomos os primeiros a desenvolver projetos de seqüestro de carbono, referentes ao Protocolo de Kyoto.
- Somos pioneiros na co-geração de energia através da utilização dos gases dos altos fornos.
- Estimulamos o fomento florestal através de parceria com pequenos produtores do sul do Pará.

Sustentabilidade Econômica

- Investimos 100% do nosso lucro na região de Carajás.
- Nos últimos 5 anos, exportamos mais de 5 milhões de toneladas de ferro-gusa, atendendo 27% do mercado norte-americano.
- Somos responsáveis pela retomada da navegação no Rio Tocantins e pela abertura do Porto de Vila do Conde para o embarque de Produtos Siderúrgicos Paraenses e do Norte do País.

- Implantamos a primeira siderúrgica 100% a coque metalúrgico no Norte do Brasil.
- Desenvolvemos projetos de pesquisa e inovação tecnológica com a UFRA, a UFPA, a EMBRAPA, o FINEP e a Fundação GORCEX.

Sustentabilidade Social

- A Escola COSIPAR já alfabetizou 243 colaboradores. Até o final de 2007, foram 42 concluintes do Ensino Fundamental.
- O Grupo levou para Marabá o curso de Mestrado em Administração (MBA), da Fundação Getúlio Vargas.
- A Cosipar foi a primeira a receber o certificado internacional de gestão de qualidade ISO 9002 e 9001:2000 e está trabalhando para a certificação da SA 8.000.
- Apoiamos o Instituto Carvão Cidadão.
- Apoiamos a Criação do Instituto 3C.
- Estimulamos a sustentabilidade social da cadeia produtiva.
- Apoiamos a Cultura Regional através do patrocínio ao Maraluar. O Grupo teve uma visão antecipada do sucesso musical do grupo paraense Calypso. Em 2003, a banda foi contratada para animar a festa de aniversário da Cosipar.

FUTURO QUE NASCE COM O ESPORTE

MARCELO LEUS

SESI estimula prática do esporte por meio do Programa Atletas do Futuro, que forma cidadãos e descobre talentos em todo o Brasil. Meta é atingir 12 mil beneficiados até 2010, no Pará.

O sonho de se tornar um astro do esporte, seja como um grande jogador de futebol ou atuando em qualquer outra modalidade, povoa a cabeça de muitas crianças no mundo inteiro. Mas para realizar esse sonho é preciso criar oportunidades. Talento existe de sobra, ainda mais no país do futebol, porém a dificuldade está na hora de encontrar quem estimule a prática do esporte.

O Serviço Social da Indústria (SESI), promovendo a responsabilidade social dentro das empresas, desenvolveu, entre seus diversos Programas na área de Esporte, Cultura e Lazer, o Programa Atletas do Futuro (PAF), que tem como foco principal a criação de hábitos e cultura esportiva, envolvendo ações de educação, cidadania, desenvolvimento pessoal e de valores éticos.

Em apenas três meses do lançamento nacio-

nal do Programa Atletas do Futuro, milhares de crianças foram beneficiadas por todo o Brasil. Até 2010, a meta do Departamento Nacional é de atender 500 mil crianças. No Pará, somente em 2008, após a estruturação do Programa no CAT Gabriel Hermes, a meta é de atender 4 mil crianças e, em 2010, atingir o número de 12 mil beneficiados.

“O mais importante é perceber que o programa já nasce maduro. Todas as indústrias que procuramos deram retorno positivo e indicaram atletas e jovens para participar. Os números impressionam pelo pouco tempo desde que foi implantado no Pará”, comemora o superintendente do SESI, no Pará, José Olímpio Bastos.

Mesmo em fase inicial, o PAF já conquistou jovens e crianças que vêem uma oportunidade de realização do sonho de se tornarem ídolos no esporte e na vida.

Não é de hoje que o SESI incentiva a prática do esporte e dá oportunidades para que atletas possam desenvolver suas habilidades. Bons exemplos dos que tiveram destaque mundial e começaram no Programa não faltam: o ex-capitão da seleção brasileira de vôlei, Carlão; o tricampeão mundial de atletismo, Robson Caetano, e o ex-jogador da seleção brasileira de vôlei e gerente de Esporte do SESI Nacional, Rui Campos.

Criado em 1991 pelo Departamento Regional (DR) de São Paulo, e desenvolvido em parceria com a Universidade de Campinas (UNICAMP), o PAF foi lançado pelo Departamento Nacional (DN) do SESI em agosto de 2007, durante o Encontro Nacional dos Atletas do Futuro, para os demais DR's. O Programa possui cunho sócio-educativo e atende crianças e jovens de 7 a 15 anos, entre dependentes de trabalhadores da indústria e crianças de escolas públicas, nas esferas municipal e estadual. As escolas são selecionadas pelas empresas parceiras do Programa, intituladas empresas-madrinha.

Qualidade de vida

Formação, participação e inclusão. São esses os três pilares do Programa que, além da formação esportista, fomenta a importância da prática do esporte como alternativa para a qualidade de vida.

O principal objetivo do PAF não é formar atletas de renome e sim usar o esporte como meio de integração e construção de cidadãos. Hoje, já são atendidas mais de 63 mil crianças em todo o Brasil.

No Pará, o Programa iniciou em outubro e, hoje, já são mais de 1.600 crianças inscritas nos municípios de Ananindeua, Castanhal, Altamira e Santarém. No Centro de Atividades (CAT) de Castanhal, cerca de 500 crianças já estão inscritas para os treinos nas modalidades de natação, futebol, vôlei, entre outros. Em Altamira e Santarém, o Programa ainda está em fase de estruturação, mas já consegue levar o esporte para a vida de mais de 300 crianças.

No CAT Jarbas Passarinho, em Ananindeua, já são mais de 400 crian-

ças inscritas nas modalidades de vôlei, futebol, natação e capoeira. No CAT Jarbas Passarinho, a concentração maior é nos horários do treino de futebol, esporte escolhido pelo menino Tarcísio Rodrigues, de 11 anos, aluno da 3ª série da Escola Silvio Leandro, escola escolhida por uma das empresas-madrinha do Programa, a Duelo. Para Tarcísio, o Programa é um caminho para mostrar o seu futebol e tentar ser um verdadeiro Atleta do Futuro. “Não, eu não preciso aprender mais técnicas. Eu já sei jogar, nasci com o dom. Só preciso ser descoberto”, brinca o menino.

A dona de casa Maria do Socorro, mãe de Tarcísio, comemora as mudanças que o Programa trouxe para a vida do menino. “Antes, ▶

Bom exemplo

Um dos exemplos de cidadão que conquistou a admiração dos brasileiros e do mundo esportivo é Robson Caetano. Ele já participou de quatro Olimpíadas, e foi um atleta-trabalhador do SESI. O carioca, que foi estrela mundial nos tempos áureos das provas de velocidade, também foi um aluno do SESI, local que o ajudou a ter maior projeção no esporte.

“Acho iniciativas como a do SESI, através do Programa Atletas do Futuro, um importante meio de garantir oportunidades de inserção de crianças e jovens no contexto esportivo, e isso certamente dá a chance de se educar através do esporte. O SESI dá as ferramentas necessárias para que esse trabalho seja realizado, formando sempre cidadãos através do esporte. Quem é atleta sabe disso e, graças a essas oportunidades, hoje se formam cidadãos de bem, com uma vida regular, estável, e uma postura sempre com a disciplina herdada do esporte”.



ele era muito desligado dos estudos, mas depois que ele começou a participar dos treinos ficou mais interessado, porque eles são cobrados. Eles (crianças) sabem que se não forem bem no colégio correm o risco de perder a vaga no Programa, porque são muitas crianças querendo entrar”, conta. Maria do Socorro diz, ainda, que até em casa o comportamento do filho mudou. “A disciplina ensinada e exigida durante as aulas fez com que ele tivesse mais responsabilidades dentro de casa”, disse.

A mãe coruja não se cansa de enumerar as qualidades do filho caçula, que tem o sonho de um dia ser igual ao seu ídolo, o jogador Robinho. “Esse Programa é uma bênção na nossa vida. Dá oportunidade para as crianças, porque nós (pais) muitas vezes queremos colocá-las para fazer um esporte, dar incentivo, mas não temos condições. Essa é uma oportunidade que caiu do céu”, fala, emocionada.

Cheia de orgulho, a dona de casa Lindioneide Souza conta das dificuldades que passa pra criar o filho, Dárlison de Jesus Souza, de 12 anos. Ele é aluno da 4ª série na Escola Benvinda Bittencourt e não tem o sonho de ser um grande atleta, mas adora praticar esportes e tem a consciência da importância de ocupar o tempo em que fica fora da escola. “Quando a gente não está na aula, na escola, tem que ocupar a cabeça com outras coisas. Tem muita coisa de ruim acontecendo aí fora, é bom ficar aqui, porque a gente aprende muito e faz novas amizades”, diz o garoto.

Para o técnico do time de futebol dos Atletas do Futuro do CAT Jarbas Passarinho, professor André Santos, muitos talentos ainda serão revelados no Programa, mas o importante é que as crianças aprendem a ser cidadãos de bem. “Nosso objetivo aqui é formar atletas e cidadãos pra vida toda. É importante que eles entendam seus deveres como cidadãos e como pessoas, tratando a todos como o mesmo respeito e dignidade”, explica.

Crianças que, antes, não tinham como ocupar o tempo ocioso, agora estão encontrando no esporte uma alternativa de vida. “Esse projeto nos serve como um auxílio na educação dessas crianças que, agora, ao saírem da escola, já têm uma atividade para se dedicar”, declara Margareth Silva Cristo, coordenadora da Escola Estadual Benvinda Bittencourt.



MARCELO LEUS

PARA TARCÍSIO RODRIGUES, O PROGRAMA É A OPORTUNIDADE QUE ELE TEM, NÃO PARA APRENDER NOVAS TÉCNICAS, E SIM MOSTRAR TODO SEU FUTEBOL E TENTAR SER UM VERDADEIRO ATLETA DO FUTURO.

Descobrir talentos, formando atletas e cidadãos, o Programa Atletas do Futuro é mais um retorno do SESI para as empresas, é a devolução dos investimentos em forma de benefícios para os trabalhadores, seus dependentes e a comunidade de modo geral. Criado para ser o braço social da Indústria, o SESI cumpre seu papel estimulando a responsabilidade social nas empresas.

“Para a Cikel, o SESI é um grande parceiro porque ele nos dá a oportunidade de beneficiar não só os filhos dos nossos funcionários, mas também a comunidade carente do entorno da empresa. Nós temos consciência do quão é importante para as crianças desenvolverem a parte física e mental para que possam ver além do apenas ir à escola. Para a empresa, é muito gratificante ajudar a formar uma geração mais instruída e com novas perspectivas”, diz Karen Anjos, que trabalha na área social da Cikel, empresa-madrinha do Programa. ■

Gerson Peres

Diretor Regional do SENAI e professor



"SISTEMA S" E A PEC 298/04

A Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), sob o comando de seu presidente, o industrial José Conrado Santos, lavra mais um tento inovador relançando a revista Pará Industrial. Aqui transcrevo o que se refere à grande vitória da preservação do artigo 240 da Constituição Federal, que mantém o SENAI, o SESI, o SESC, o SENAC, o SEST, o SENAT e o SENAR constitucionalizados e intocáveis.

A decisão desta preservação foi entre debates de mais de seis horas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou o parecer de minha autoria com maioria absoluta dos votos. Afinal, tais instituições contribuem para a cidadania de milhões de brasileiros. Isso me faz lembrar de Confúcio, de Bordeaux e Voltaire. Grandes filósofos que ensinam que "a única maneira de ser feliz é construir a felicidade dos outros" ou ainda "a felicidade é a única coisa que podemos dar sem possuir".

O "Sistema S" retrata desde sua origem a filosofia desses ensinamentos. Milhões de brasileiros, em histórico documento por eles dirigido à Constituição de 87/88, disseram sim às instituições que atuam na área da inclusão social e funcionam bem, com excelentes resultados sociais e econômicos.

O presidente Lula, oriundo dessa inclusão, proclama orgulhoso "a gratidão pela formação profissional e moral que recebeu do Senai". No "Sistema S" trabalhadores e suas famílias têm educação básica e profissional, saúde, esporte e lazer. Perfeita harmonia entre o capital e o trabalho, fator de sua formalização, por decreto de 1942 do presidente Getúlio Vargas. Experiência vitoriosa e respeitada. Lembro-me do adequado pensamento de Durant Will, em "Os Grandes Filósofos": "Nenhum conhecimento precede a experiência, todos começam por ela".

O senador Albano Franco e eu fomos intérpretes da vontade popular, na Constituinte, introduzindo nos atos das Disposições Gerais Constitucionais, o artigo 240. "Ficam ressalvados do disposto no artigo 195 as

atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários destinados às entidades privadas de serviço social e de formação vinculadas ao Sistema Sindical"

De repente, o ilustre deputado Edimar Moreira, de Minas, empresário e empregador, contribuinte do "Sistema S", através do Sesc e do Senac, representa a PEC 298/2004 que acaba com o Sistema. Embrulha, nesse artigo injurídico, injusto e emulativo, o Sesc e o Senac, o Sesi e o Senai, o Sest e o Senat e o Senar. De roldão, extingue também o Sebrae, Apex e ABDI que recebem adicional dessas entidades. No "artigo único: Fica revogado o art. 240 da Constituição". Um espanto!

A justificativa contraria princípios das "limitações implícitas" do "poder de emendar a Constituição" pelo legislador constituinte, face o "artigo único" não expressar o novo marco jurídico de substituição dos recursos financeiros.

"Milhões de brasileiros, em histórico documento por eles dirigido à Constituição de 87/88, disseram sim às instituições que atuam na área da inclusão social e funcionam bem, com excelentes resultados sociais e econômicos".

O "artigo único" afronta o princípio da "proibição do retrocesso" quanto à eficácia dos direitos sociais do "Sistema S" consagrados pelo artigo 240 da CF. Esses princípios estão reconhecidos pelo STF. Dois notáveis ministros Sydney Sanches e Celso Mello saem em defesa do "Sistema S" contra a PEC 298/2004, em virtude da comprovação das entidades prestarem bons serviços à sociedade, sobretudo à educação e à saúde, setores vinculados aos direito à vida.. O diálogo inexistente entre os antagonísticos, mas se dá entre iguais e diferentes. O "Sistema S" segue com força e dignidade. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania arquivou a PEC 298/04 por 48 votos a seis. ■

A FORÇA DOS

Micro e pequenas empresas apostam no empreendedorismo e investem em tecnologia e qualificação profissional para se destacar no mercado e garantir contratos com grandes indústrias

PEQUENOS

Quem tem uma micro ou pequena empresa, às vezes, nem consegue imaginar que pode fornecer produtos ou serviços para grandes compradoras como a Rede Celpa, Vale, Imerys Rio Capim Caulim e Alcoa. Mas a capacidade de fornecimento também depende de qualificação e competitividade no mercado. Por isso, alguns pequenos empresários resolveram investir, apostaram nessa possibilidade e conseguiram vencer.

Nos mais de 1.200 cadastros do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), coordenado pela Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), cerca de 80% são de micro ou pequenas empresas. Algumas já conseguiram passar de um faturamento anual de R\$ 7 milhões para R\$ 100 milhões. Segundo o PDF, poucas conseguem contratos diretos com as indústrias, mas entram na cadeia de fornecimento dos projetos, principalmente por meio de terceirização de serviços junto às grandes contratadas. “Existe um real interesse tanto das grandes empresas como das contratadas em prestigiar as empresas paraenses”, afirma o coordenador do Programa, David Leal.

Leal explica que o sucesso dos pequenos e micro empresários no ambiente de negócios gerado pelo trabalho do PDF se dá pelo esforço conjunto na qualificação de gestores e trabalhadores. Por isso, o Programa é parceiro de instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Pará), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PA), Universidade Corporativa da Associação Comercial do Pará e Escola de Trabalho e Produção do Pará (ETPP).

O curso mais procurado é o de Gestão Empresarial, que oferece a possibilidade de situar a empresa onde ela está e até onde pode ir ao fazer um plano de negócios. “A qualificação torna a empresa competitiva e ela vai conseguir espaço naturalmente nessa cadeia de fornecimento”, completa Leal. Os segmentos mais demandados pelos grandes empreendimentos são: confecção, alimentação, transporte de empregados, jardinagem, limpeza, hotelaria, limpeza e comércio em geral. “É importante que as empresas menores sigam os pré-requisitos básicos nas normas de contratação: preço, qualidade e prazo”, ele informa.





TERRA MEIO AMBIENTE, hoje com 21 funcionários, dobrou seu faturamento e é exemplo do sucesso do ambiente de negócios do PDF

Tecnologia e qualificação

A empresária Márcia Silva trabalhava com decoração quando se deu conta de que faltavam lojas e fábricas de uniformes em Belém. Resolveu abrir a Máster Uniformes, que existe há 13 anos. No início, Márcia nem cogitava a possibilidade de fazer confecção voltada para grandes indústrias. “Comecei fazendo uniformes para domésticas e motoristas”, conta.

Quando Márcia começou a participar das reuniões com o PDF há cerca de três anos, 90% dos uniformes comprados pelas grandes indústrias vinham de fora do Estado. “Eram empresas de pouca expressão e acomodadas por não terem demanda”, diz ela. A partir do Arranjo Produtivo de Uniformes, um projeto do PDF, o segmento começou a respirar novos ares e a Máster, por exemplo, conseguiu fechar contratos com a Rede Celpa e a Mineração Rio do Norte.

Para crescer, ela precisou investir em tecnologia e na qualificação dos empregados e teve que usar linhas de crédito. “Troquei todo o maquinário e instalei um software que facilita e agiliza o corte e a modelagem dos tecidos”. Márcia considera como uma das conseqüências positivas desse crescimento e do ganho de credibilidade junto às grandes empresas estar entre as 20 participantes do Programa de Certificação das Empresas (Procem), coordenado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL). As 20 empresas foram escolhidas pelas próprias compradoras, que fazem parte de uma Comissão de Acompanhamento do Procem.

“Não são muitas empresas da minha área que têm uma certificação. Isso é muito importante, porque, este ano, os uniformes serão con-



ARTE VERDE, que atua em Marabá desde 1988, teve um crescimento de 6.000% nos últimos anos, principalmente depois do contrato fechado com a Vale em 2006.



MÁSTER, a partir do arranjo produtivo de uniformes do PDF, segmento começou a respirar novos ares e a empresa fechou contratos com a Celpa e a Mineração Rio do Norte.



DAVID LEAL, coordenador do PDF: “Existe um real interesse, tanto das grandes empresas como das contratadas, em prestigiar as empresas paraenses



siderados Equipamentos de Proteção Individual e as exigências em relação à qualidade dos produtos serão maiores ainda”, conclui.

Já a Arte Verde, que atua em Marabá desde 1988, teve um crescimento de 6.000% nos últimos anos, principalmente depois do contrato fechado com a Vale em 2006. A empresa começou a trabalhar com a venda de plantas na cidade, mas teve dificuldades iniciais. “Tivemos que educar as pessoas a comprar plantas aqui, pois não existia esse costume”, explicou o proprietário Olavo de Barros.

Depois, ele sentiu necessidade de buscar novos mercados. “Começamos a vender para outros municípios da região até alcançarmos outros estados como Minas Gerais e toda a região Nordeste”, destaca. Muitas das transações eram de compra e venda. “Vendíamos nossa produção e comprávamos o que não tinha em Marabá”, afirma. Além da venda de plantas, Olavo começou a investir na ornamentação de eventos e no corte de flores.

Segundo ele, o contrato com a Vale foi fechado a partir da parceria com o PDF. “Os workshops de negócios nos ajudaram a ter contato com os clientes. Além disso, sempre faço cursos no Sebrae para me manter atualizado”, conta. “Quando comecei a ir às reuniões com o PDF, vislumbrei uma janela para crescer”, finaliza.

Demanda

A história da Norte Qualidade, em Parauapebas, não foi diferente da trajetória da Arte Verde. Primeiro, a empresa apostou no mercado de recrutamento, seleção, treinamento e testes ▶



MARCELO LÉIS

MÁRCIA SILVA,
da Máster
Uniformes:
para crescer,
a empresa
investiu em
tecnologia e
na qualificação
dos
empregados,
trocando
todo o seu
maquinário
e instalando
um software
que facilita e
agiliza o corte
e a modelagem
dos tecidos

psicotécnicos, pois esses serviços eram muito demandados no município. O contato com o PDF começou em 2003, quando a diretoria da Norte percebeu que poderia alcançar outros segmentos.

A partir dos contratos com a Vale, Mineração Onça Puma e outras empresas, a Norte expandiu sua atuação para a área de serviços gerais com profissionais terceirizados nos setores administrativo, de transporte, limpeza, jardinagem e operacionais dentro das dependências das compradoras.

O mercado de recursos humanos, que ficou meio esquecido, foi retomado por meio da Norte RH, instalada em Canaã dos Carajás. “A Norte RH também deve investir em cursos técnicos nas áreas de Mineração e Administração”, revelou a diretora Marili Souza. O outro empreendimento da Norte é uma lavanderia industrial, que já está em funcionamento. Ela destaca que tudo que conseguiu se deve à união dos funcionários. “Tenho uma equipe comprometida, que veste a camisa. Todos cresceram juntos”, diz.

Outro ponto importante é a confiança conquistada junto às grandes compradoras. Foi o caso da Terra Meio Ambiente. Sediada em Belém, a empresa já tem um escritório em Juruti e uma estrutura de alojamentos para seus funcionários em Canaã dos Carajás para atender os grandes empreendimentos.

A elaboração e a revisão dos programas ambientais do Projeto Sossego, de beneficiamento de cobre da Vale em Canaã, foi um dos primeiros grandes contratos. “Esse trabalho deu subsídios para o licenciamento ambiental do

projeto”, disse Tony Costa, um dos sócios da empresa. Na operação, a Terra fornece ações de educação ambiental para os 3.500 empregados da mina e engenheiros da empresa acompanham a execução dos programas de controle ambiental do Sossego.

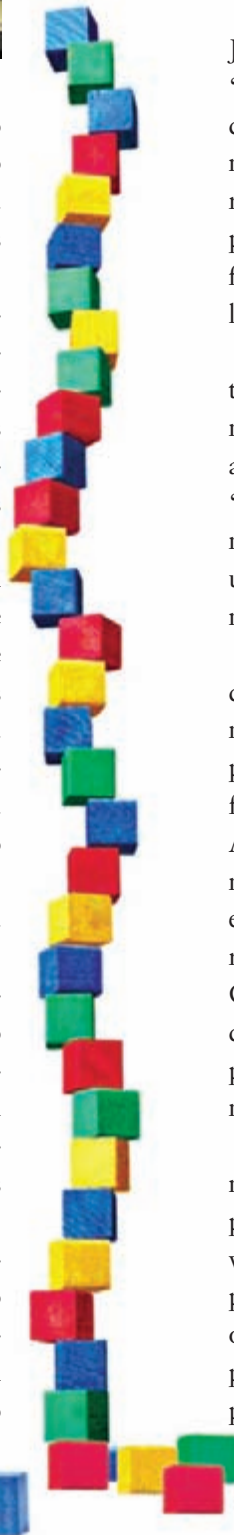
Hoje, a Terra Meio Ambiente tem 21 funcionários e conseguiu dobrar o faturamento. Tony destaca que a empresa trabalhou duro para conseguir uma aproximação com as compradoras. “Existia uma desconfiança se as empresas locais teriam capacidade para executar esses serviços. A partir dos contratos pequenos, essa confiança aumentou”, acrescenta.

A Terra também tem contratos com o Projeto Juruti, da mineradora Alcoa, no Oeste do Pará. “Lá, participamos da elaboração do Programa de Controle Ambiental e da atuação da empresa na área de educação ambiental”, conta. A Terra também vai ajudar na elaboração do projeto político pedagógico da escola, que vai receber os filhos dos empregados, e na formação do Conselho Municipal de Educação de Juruti.

Em Santarém, também no Oeste, a Construnorte buscava o mercado de terraplanagem, mas se deparou com alguns obstáculos, como as dificuldades de acesso e a pobreza da região. “Quando íamos executar uma obra, não tínhamos recurso para alojamento, por exemplo. Era um horror”, conta uma das sócias da Construnorte, Socorro Barbosa.

Só que essa precariedade chamou a atenção da empresa para outro segmento, o de saneamento básico. “Começamos com o serviço de perfuração de poços com microsistemas das prefeituras”. Como a Mineração Rio do Norte e a Alcoa, presentes na região, utilizam esse mesmo mecanismo em programas de captação de água e monitoramento ambiental, os contratos surgiram, principalmente, depois da divulgação da Construnorte no site do PDF. “Elas necessitam desse serviço e precisavam de empresas daqui para executá-lo. Não foi um trabalho rápido, mas valeu a pena”, diz Socorro.

Atualmente, a Construnorte tem 43 funcionários e cresceu 100% em faturamento. As expectativas para o futuro são as melhores possíveis. “O monitoramento ambiental é um trabalho permanente das empresas que precisam analisar o sistema aquífero de todas as áreas ao redor do projeto, para verificar a existência de algum impacto ambiental”, ressalta. ■



Flexa Ribeiro

Senador da República, ex-presidente da Fiepa



O ESTADO DO PARÁ E AS SUAS POTENCIALIDADES

Nos últimos anos, uma fase inédita de prosperidade – consequência da abertura do comércio mundial, da consolidação da preponderância da iniciativa privada sobre a intervenção do Estado na economia e da inclusão no mercado de bilhões de novos consumidores nos países emergentes – vem, gradativa, mas determinadamente, alterando os focos da produção e traçando novas rotas para o intercâmbio comercial e cultural.

O Brasil poderá integrar o quadro que se desenha para o futuro das relações comerciais globalizadas, desde que não seja atropelado por interferências indevidas do Estado. Se Estado concentrar-se prioritariamente nas suas funções fundamentais de provedor de educação, saúde e segurança, e seletivamente como fornecedor de infra-estrutura de energia, transporte e comunicações nas regiões onde a iniciativa privada ainda não tem perspectivas imediatas de retorno, não correremos o risco de vermos solapado todo o avanço institucional das duas últimas décadas.

O fracasso do modelo traçado pelos governos militares de desenvolvimento calcado no investimento estatal e o sucesso do Plano Real fizeram o Brasil desenharem o seu caminho para o desenvolvimento, após debelar a inflação e reduzir a dívida externa.

Mesmo assim, muito ainda há o que fazer para a efetiva participação do Brasil entre as nações que ora se apresentam como soluções para os problemas de mercado que o mundo enfrenta. E, paralelamente, para a inclusão do Norte e Nordeste do País no processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

O Estado precisa priorizar seus esforços na realização das obras inadiáveis de infra-estrutura para o Pará, que tem potencialidade, capacidade e eficiência, demonstradas à suficiência, para assumir a ponta dos processos de produção e verticalização de bens e riquezas.

Mesmo constantemente relegados a um segundo plano nos programas e processos de planejamento

estratégico, à falta de um suporte eficiente de infra-estrutura energética, de transportes e de comunicações, o temos demonstrado nossa pujança, podendo-se atribuir ao setor industrial grande parte da responsabilidade pela triplicação do Produto Interno Bruto paraense, nos últimos 10 anos.

“O Estado precisa priorizar seus esforços na realização das obras inadiáveis de infra-estrutura para o Pará, que tem potencialidade, capacidade e eficiência, demonstradas à suficiência, para assumir a ponta dos processos de produção e verticalização de bens e riquezas.”

É, portanto evidente que, propiciados os incentivos fiscais e as condições infra-estruturais necessárias para a aceleração do desenvolvimento poderemos atingir posição ainda mais destacada no ranking industrial brasileiro, atraindo novos investimentos nacionais e internacionais que, cada vez mais, agreguem valores e verticalizem a exploração racional e sustentada de nossas vocações, principalmente na minero-metalurgia, sem deixar novamente escapar oportunidades como o de uma Siderúrgica, que inicialmente programada para o Maranhão, acabou, por inação de nosso Governo, se decidindo pelo Estado do Espírito Santo; no agro-negócio, com ênfase na perspectiva de estabelecermos-nos como um dos maiores produtores internacionais de óleo de palma e na evolução da indústria da carne, com o nosso rebanho desonerado dos percalços da febre aftosa; na cadeia produtiva da indústria da madeira, desde as políticas de reflorestamento até os parâmetros mais benéficos de agregação de valor com a atividade da movelaria e de fabricação de componentes; e no turismo de negócios, beneficiado por todos os investimentos já realizados nos últimos dez anos, com o Hangar Centro de Convenções sendo o último e mais marcante exemplo. ■

ESTUDO PROPÕE MAPEAMENTO DE ÁREAS DEVASTADAS

Parceria entre a Secretaria de Meio Ambiente e o Imazon cria ferramenta para monitorar, em tempo real, o corte ilegal de madeira no Pará, com resultados previstos já no segundo semestre deste ano.

O setor florestal movimentava cerca de R\$ 1 bilhão por ano e 80% das empresas exportam madeira serrada e laminada para países como Estados Unidos e Europa, além de gerar cerca de 180 mil empregos diretos e indiretos no Pará. Mas, mesmo com toda essa importância para a economia paraense, a indústria vive sucessivas perdas.

Uma delas é a falta de matéria-prima, causada principalmente pela falta de regularização do setor, como o surgimento de madeiras ilegais.

Uma das alternativas para evitar o descontrole dessa prática foi apresentada pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). São metodologias de mapeamento de áreas devastadas e de planos de manejo florestal, que deverão ser adotados em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) este ano. De acordo com o Instituto, os resultados devem aparecer no segundo semestre.

Na visão da Associação de Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (AIMEX), a incorporação desses mecanismos pelo governo estadual é positiva porque, historicamente, a Amazônia foi marcada

pela ocupação desordenada. “Isso gera conflitos, desmatamento e queimadas. A tecnologia disponibilizada pelos órgãos estadual e federal no controle de origem de matéria-prima e licenciamento ambiental possibilita um ordenamento do setor, não só do madeireiro, mas de todas as atividades rurais”, explica o diretor técnico da Associação, Guilherme Carvalho.

No caso do desmatamento, será possível detectar, em tempo real, as áreas desmatadas e tomar providências para evitar esse crime ambiental. “Em relação ao manejo florestal, há condições de se monitorar, por meio dessas imagens, se as explorações são feitas dentro da área em que foi aprovada, enfim, os benefícios são muito grandes. Aqueles que estão trabalhando na legalidade poderão oferecer produtos com valores mais atraentes e competitivos”, diz Guilherme.

Segundo Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon, a técnica proporcionaria três vantagens: redução do custo, pois os planos serão monitorados a distância; só os planos com indícios de irregularidades serão fiscalizados em campo, que também reduz as despesas, pois os fiscais chegarão ao local subsidiados por um relatório gerado pelas imagens e as ações ainda poderão ser acompanhadas



MONTAGEM SOBRE FOTOS DE AMINTAS BRANDÃO JR./AMAZON



MARCELO LÉLIS

“O manejo reduz os danos ambientais, aumenta a produtividade da extração e diminui os acidentes de trabalho.”

Adalberto Veríssimo

das pela sociedade.

Veríssimo lembra que parte das empresas madeireiras está em processo de modernização, tanto no uso da floresta, com uso dos próprios manejos, quanto no processo industrial, onde existe a melhoria da matéria-prima, como a transformação das toras em pisos, decks e esquadrias. “O manejo reduz os danos ambientais, aumenta a produtividade da extração e diminui os acidentes de trabalho. Já a agregação de valor gera um melhor rendimento industrial”, completa.

Para ele, ainda é necessária a ampliação desse processo industrial. “Além disso, a indústria madeireira deve assumir um compromisso forte com a transparência e a legalidade de toda a cadeia produtiva do setor

madeireiro”, conclui. A expectativa do setor em relação aos mecanismos são os melhores possíveis, porém, Guilherme diz acreditar que o trabalho não vai eliminar totalmente a ilegalidade. “Deve reduzir bastante essa concorrência desleal de quem está trabalhando dentro das normas e obedecendo a legislação, seja ela tributária ou ambiental”, aponta.

O diretor conta, por outro lado, que há necessidade do Estado investir na sua estruturação e criar condições para atender os usuários que dependem de órgãos ambientais. “Hoje, temos dificuldade de conseguir a aprovação de projetos de manejo florestal, de reflorestamento e obter o licenciamento ambiental. Isso gera uma deficiência no atendimento ao usuário, pois muitas vezes não há carro disponível para realizar vistorias e o número de técnicos é reduzido para uma demanda crescente”, afirma.

O vice-presidente da Fiepa, Sidney Rosa, que também é empresário do setor, afirma que é preciso uma melhor consciência por parte do Governo quanto às questões florestais. “Quem procura fazer um trabalho sério tem um custo, que é repassado para o preço dos produtos”, diz. Sidney conta que, desde que o Governo descentralizou as atividades de fiscalização e autorizações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a Sema, as empresas têm

tido muitas dificuldades. “Também é preciso uma visão da importância econômica e social do setor florestal para o Estado”, destaca.

Adalberto Veríssimo completa que a extração de madeira feita de forma predatória ainda é predominante na Amazônia, inclusive na ilegalidade. “A madeira ilegal abastece parcialmente o mercado doméstico, mas o mercado nacional está crescendo e exige madeira legal e manejada”. Segundo ele, a madeira ilegal prejudica muito as empresas sérias e gera uma competição injusta. x



ACOMP/PIEPA

“É preciso uma visão da importância econômica e social do setor florestal para o Estado.”

Sidney Rosa, vice-presidente da Fiepa e empresário do setor



FOTOS: MARCELO LÉUIS

FUTURO MAIS PROMISSOR NA TERRA FIRME

Há seis anos a Fundação Aquarela, mantida por acionistas do Grupo Rede, garante direitos básicos às crianças de bairro da periferia de Belém

Mais de duas mil crianças, com idade entre 3 e 10 anos, já foram atendidas pela Fundação Aquarela, através da Escola Nuremberg de Borja Brito Filho, no bairro da Terra Firme, em Belém. Iniciado em janeiro de 2001, o projeto promove a garantia de direitos sociais básicos como educação escolar, alimentação digna, atendimento médico e social, além de atividades esportivas, culturais e de lazer, voltadas para a construção da cidadania.

Cada avanço dos alunos é comemorado pelos profissionais da escola, pois eles vivem num bairro marcado pela pobreza, pela falta de atendimento de direitos básicos e, principalmente, pela violência. “Alguns alunos chegam aqui com sérias dificuldades de aprendizagem, de comunicação, pela própria falta de contato com



• Além da formação educacional, crianças também recebem serviços médicos e odontológicos





• **Palestras e oficinas geram emprego e renda às mães**

livros e outras culturas e às vezes têm pais analfabetos”, explica a professora da Educação Infantil Silviane Maués. “Temos alunos portadores de necessidades educativas especiais, hiperativos; a heterogeneidade é muito grande. Cada aluno tem um diferencial e para cada um deles há um processo que tem que ser feito, metodologias diferenciadas”, detalha.

De acordo com a **coordenadora pedagógica do projeto, Eliete Simões, os profissionais da Escola Nuremberg Borja Brito Filho precisam ter um olhar diferenciado para cada criança, “porque há necessidade maior de intervenção, para que o aluno ganhe mais qualidade de vida no ambiente dele, no crescimento como pessoa”, diz. Com isso, “as crianças saem com seu processo de leitura iniciado, começam a escrever, a elaborar suas primeiras hipóteses e aí são ganhos para as séries subsequentes”, enumera Eliete.**

Mantida por acionistas do Grupo Rede, a Fundação Aquarela atende hoje 340 alunos, numa estrutura especialmente construída para receber as crianças, que antes viviam em situação de risco social. Cursando da Educação Infantil à quarta série do Ensino Fundamental, os estudantes chegam às 7h da manhã à instituição e saem às 16h30.

Aos 10 anos, as alunas Gabriela Figueiredo e Ana Carolina Freitas se despedem da Fundação Aquarela, onde iniciaram a vida escolar. Quando perguntadas sobre o que mais vão sentir falta, elas são unânimes: “De tudo!”. Para Eliete Simões, “a maior gratificação para quem trabalha com as crianças é oportunizar um espaço de cidadania, em que há preocupação com a qualidade de trabalho para eles”.

O trabalho dos profissionais da instituição é reforçado pela família, que recebe orientações e apoio social. “Esse apoio da família é primordial, porque é a base de tudo. Sem essa parceria escola-família, o trabalho não tem resultado”, defende Ângela Chaves, diretora da Fundação Aquarela.

A doação dos uniformes e kits de material escolar, prestação de serviços médico-nutricionais, odontológicos, psicológicos, fonoaudiológicos e ainda a participação em atividades artísticas e psicomotoras, com envolvimento da família em projetos sócio-pedagógicos, complementam a formação cidadã. ■

MÃES APRENDEM, PRODUZEM E GERAM RENDA

Para as famílias, a Fundação Aquarela doa uma cesta básica por mês e promove atendimento social voltado para o resgate da auto-estima através do projeto Re-significando Vivências, “que, como o próprio nome já diz, tem o objetivo de dar um novo significado à vida das pessoas e da própria família”, explica Roselene Gonçalves, assistente social e coordenadora do projeto. Segundo ela, são realizadas palestras educativas, oficinas de pintura, corte e costura e também orientações sobre empreendedorismo, já que, a partir deste ano, a iniciativa passou a focalizar a geração de emprego e renda. “Elas estão aprendendo a costurar e a bordar, e recebendo orientações sobre gestão de pequenos negócios, além de orientações e incentivo para formar uma cooperativa”, informa Roselene Gonçalves. A dona de casa Antônia Costa, 48, diz que a Fundação Aquarela está proporcionando qualidade de vida para toda a sua família. “Eu crio uma neta de 7 anos e eu não quero que falte nada a ela. Quando eu entrei aqui, já sabia fabricar algumas bolsas, mas aprendi muita coisa nova”, diz.

O que sua empresa vai ser quando crescer?

As vendas vão bem, obrigado. O faturamento mensal mostra bons rendimentos, já ocorrem novas contratações de funcionários e as contas estão equilibradas. Até o mais pró-ativo dos empresários poderia ser afetado por um certo comodismo natural. É nessa hora que o espírito empreendedor deve falar mais alto. É o momento certo de expandir os negócios e ultrapassar os limites regionais, tornando a empresa exportadora.

“Para vencer no atual momento de sobrevalorização do Real, a empresa exportadora precisa inovar e empreender em novos mercados. Para isso, torna-se fundamental contar com o apoio de profissionais qualificados em vendas internacionais”, alerta André Reis, gerente do Centro Internacional de Negócios (CIN), da Fiepa (Federação das Indústrias do Estado do Pará).

Os números mostram que os ventos são favoráveis para quem pretende se lançar em busca de novos mundos nos negócios. Os dados fechados de 2007 serão divulgados neste início de 2008 e devem revelar que o ano, apesar das adversidades, terá novo recorde na exportação. Em 2006, a balança comercial registrou a exportação de mais de US\$ 6,7 bilhões, valor que em 2007 atingiu quase US\$ 8 bilhões.

Trader? Quem?

Tanto para a empresa que possui pretensões internacionais como para aquela que fica desestimulada diante das dificuldades impostas pelo câmbio alto, um profissional é indicado para dar novo fôlego aos negócios: o especialista em comércio internacional, no mínimo bilíngüe e com habilidades de negociação e conhecimento de culturas estrangeiras. Sim, tudo isso. Mas pode chamar de trader.

Não adianta procurar na lista de inscrição de faculdades e universidades: não existe curso superior com formação específica em trader.

“O curso, no Pará, que mais se aproxima é o de Comércio Exterior, mas não é voltado essencialmente para a venda. Isso depende muito da formação do profissional, como o conhecimento de um segundo idioma, que é básico em um trader”, explica Maurício Amim, gerente de exportação da Tramontina - Belém.

Além de dominar dois idiomas – inglês e espanhol – Amim relata que já visitou mais de 80 países em pouco mais de sete anos de atuação em relações exteriores.



“É importante que os empresários e os traders conheçam a cultura local de cada país. Isso vai ser fundamental na negociação”, explica Amim.

O profissional relembra algumas situações onde a adaptação para a realidade de cada cultura é um dos pontos na mesa de negociação. “Numa viagem recente, fechamos um negócio na mesa com os russos, que me obrigaram a tomar vodka. Isso, por volta das 8 da manhã, e eu gripado. Mas esse foi o de menos... Já tive que comer carne de baleia, de cobra... Isso tudo para não desagradar e encarar as situações como normais num processo de negociação internacional”, aponta Amim.

Aposta no comércio exterior

A Tramontina é um dos exemplos de empresa que cresceu em relação ao mercado externo. Já exporta há quase 20 anos e diversificou sua produção, ampliando os negócios. Até o ano passado, as exportações eram responsáveis por 20% a 30% do faturamento total da empresa. Em 2006, a fatia subiu para 50%. No ano de 2007, justamente por conta do câmbio, a taxa apresentou uma queda.

“Tivemos que aumentar os preços e sentimos uma queda quantitativa na produção por conta do câmbio. O setor tem que diversificar, agregar valor e saber como driblar problemas”, explica Amim.

Não é à toa que a empresa já contabiliza uma venda

mensal de mais de US\$1 milhão somente com as exportações. Possui também um departamento exclusivo para o comércio exterior, com seis pessoas na equipe. São agendadas pelo menos de quatro a cinco grandes viagens internacionais anualmente por trader. Entre os produtos que já conquistaram clientes em países de toda a América, da Europa e até da Ásia, estão móveis, utilidades domésticas e cabos para ferramentas. ▶

“Para vencer num momento de sobrevalorização do Real, a empresa exportadora precisa inovar e empreender em novos mercados”

André Reis, gerente do CIN



Tendência de crescimento

“Quem buscar qualificação e alto grau de instrução, certamente vai ter espaço no mercado, que já procura profissionais com esse perfil. O Pará cresce e diversifica cada vez mais as exportações. As mineradoras são as grandes responsáveis pelo saldo da balança comercial, mas os produtores de madeira, polpa de frutas, móveis, entre outros já aumentaram sua participação e conquistam mais espaço”, explica André Reis.

Atento à essa tendência, o CIN promoverá em 2008 seu primeiro curso específico para trader. O Centro já realizou, ao longo de 2007, treinamentos curtos sobre marketing internacional, relações comerciais, formatação de preços, entre outros.

“Nossa preocupação é qualificar e manter atualizado o empresariado para as novidades e informar sobre como funciona o comércio exterior”, completa André Reis.

Para a consultora e trader Anna Temporal, a escassez de mão-de-obra qualificada no comércio internacional é uma realidade não só do Pará, mas nacional. Temporal é proprietária da ZardBrasil, empresa carioca especializada em consultoria para comércio exterior e que já atendeu empresas de madeiras e jóias paraenses. “Existe uma carência nacional e um desconhecimento muito grande da

complexidade das regras e práticas do comércio exterior. Assim como uma empresa possui os serviços de um contador especializado, ela deve ter um trader para agir nas ações de exportação e importação. O empresário nunca vai ter tempo para aprender tudo sozinho”, aponta Temporal.

Para ela, o trader deve preencher requisitos básicos, como dois idiomas fluentes, constante formação através de cursos e treinamentos e estar antenado com o noticiário do país com clientes potenciais. “Uma crise política ou econômica pode mudar os rumos de uma negociação. Estar atualizado sobre tudo que acontece é decisivo para um trader e para as pretensões de qualquer empresa que deseja alçar vôos no mercado internacional”, avalia Temporal. ■

“É importante que os empresários e os traders conheçam a cultura local de cada país”.

Maurício Amim, gerente da Tramontina

INDÚSTRIA EM FOCO

Panorâmica da Alunorte, em Barcarena, de março de 2006. Imagem do fotógrafo *Paulo Santos*, que atua na profissão há 25 anos e possui vasto trabalho fotográfico sobre a indústria paraense. O material será tema de uma exposição, que será montada este ano de 2008.



A GENTE PEGA PESADO PRA GARANTIR O CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS E DOS EMPREGOS NO PARÁ.



A Fiepa está na luta pelo crescimento e modernização da indústria paraense desde 1949. E de lá para cá, nunca deu descanso para ninguém nessa batalha permanente. Na arena política e na frente tecnológica. Mobilizou empresários e trabalhadores, comandou movimentos, levantou a voz. Foi um dos criadores do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o PDF, que coordena desde 2004. E vai continuar encarando desafios, problemas e até inimigos para defender os interesses do Pará.

